



# **RELATÓRIO E CONTAS 2020**

**CASA DA IMPRENSA – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA**

# A

## RELATÓRIO DE GOVERNO DA INSTITUIÇÃO

### 1. ÓRGÃOS SOCIAIS

#### **Mesa da Assembleia Geral**

*Presidente:* Eugénio Alves  
*1.º Secretário:* Eunice Lourenço  
*2.º Secretário:* Manuel Carlos Freire  
*Suplentes:* Helder Robalo  
Cláudia Monteiro  
Francisca Leal

#### **Conselho de Administração**

*Membros eleitos em efetividade de funções*

*Presidente:* J. Goulart Machado  
*Vice-Presidente:* Carlos Lobato  
*Vogal:* José Fragoso  
*Vogal:* Luísa Melo  
*Vogal:* Elsa Alves  
*Suplentes:* Ana Paula Ferreira  
Margarida Gomes  
Luísa Ferreira

#### **Conselho Fiscal**

*Presidente:* Helena Garrido  
*Secretário:* Sérgio Aníbal  
*Relator:* Luísa Bessa Coelho  
*Suplentes:* Hélder Carvalho Martins  
Sónia Santos Pereira  
Luís Reis Pinto

#### **Conselho Geral**

*Membros eleitos em efetividade de funções*

José António Santos  
Lurdes Ferreira  
António Borga  
A. Ribeiro Cardoso  
Nuno Ribeiro  
Cesário Borga

### 2. ÂMBITO

A Casa da Imprensa – Associação Mutualista tem a sua origem na Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa criada em 24 de abril de 1905 (estatutos aprovados por alvará do Ministério das Obras Públicas – Direção Geral do Comércio e da Indústria). No ano de 1925 foram aprovados os estatutos da Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, tendo esta denominação sido alterada para Caixa dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, por alvará de 26 de abril de 1935 do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

A designação atual, Casa da Imprensa, foi adotada e reconhecida em 1992, ano em que se concretizou a integração do Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas, através da Portaria n.º 506/92, de 19 de junho.

A Casa da Imprensa é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), não lucrativa, com a natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, cujos fins fundamentais consistem na concessão de benefícios de saúde e de segurança social aos seus associados, conforme estatutos aprovados em 2015.

Em 15 de outubro de 2019 a Assembleia Geral aprovou novos estatutos, que aguardam o necessário registo pela Direção Geral da Segurança Social para entrarem em vigor.

### 3. ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR

A Casa da Imprensa subordina-se à legislação geral aplicável às associações mutualistas, encontrando no Código das Associações Mutualistas (Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto) a sua matriz de referência.

Como regulamentos próprios rege-se pelos:

– Estatutos, aprovados em Assembleia Geral iniciada a 31 de março de 2015 e concluída a 7 de abril de 2015, com registo definitivo lavrado pelo averbamento n.º 44, à inscrição n.º 16/81, a fls. 33 e 70 verso do Livro das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar;

– Regulamento de Benefícios, aprovado em Assembleia Geral a 15 de outubro de 2019, com registo provisório lavrado pelo averbamento n.º 48 à inscrição n.º 16/81, a fls. 91e 102 do Livro das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar.

## B

### RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da Casa da Imprensa – Associação Mutualista submete à aprovação dos associados o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2020. Além do balanço global, que perspetiva a orientação do trabalho realizado (*Secção B, ponto 1, nesta página*), o Relatório apresenta, de modo detalhado, fatural e objetivo, o que no entender do Conselho de Administração caracterizou a atividade desenvolvida ao longo do ano, para a sua avaliação pelos associados, e a proposta de aplicação de resultados (*pontos 2 a 12, pág. 4 e seguintes*).

As demonstrações financeiras (*Secção C, pág. 20 e seguintes*) adotam o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), como acontece desde o relatório relativo ao exercício de 2012, garantindo assim a comparação em todos os aspetos significativos com os valores dos exercícios anteriores.

Os factos e valores relativos a exercícios anteriores a 2020 são, sempre que disponíveis, os que constam dos relatórios de gestão e demonstrações financeiras dos exercícios respetivos, auditados e aprovados pela Assembleia Geral.

No Anexo ao Relatório de Gestão (*Secção D, pág. 29 e seguintes*) são explicitados os conceitos da política contabilística. O relatório é distribuído com o *Parecer do Conselho Fiscal*, emitido nos termos estatutários (*Secção F, págs. 42/43*).

#### 1. PERSPETIVA

*2020 foi um ano horrível. No nosso país e no mundo inteiro, a pandemia trouxe a morte e a doença. Trouxe uma crise económica e social, súbita, abrupta, violenta. Para muitos, a crise de uma vida, de uma geração inteira, que vai demorar algum tempo a passar e que não vamos esquecer.*

*A Casa da Imprensa não ficou imune à crise, nem podia ficar.*

*Perdemos muito. Perdemos com a morte de 26 associados, o dobro do que lamentámos em cada ano na última década. E adiámos projetos.*

*Tudo isto está refletido neste relatório, que nas páginas seguintes, como tem de ser, é apenas um relato objetivo de factos e uma exposição fria de números verificados.*

*Os factos e os números comprovam que, apesar de tudo, os danos são relativos, são menores do que se poderia esperar e do que, infelizmente, vemos ao redor.*

*Os factos e os números mostram que a crise é conjuntural e que há razões para manter a confiança, porque temos capacidade para a ultrapassar num prazo razoável.*

*Os factos e os números mostram que, apesar da crise, houve mais adesões do que desistências e mantivemos o número de associados.*

*Os factos e os números confirmam que a prestação de serviços de saúde diminuiu, mas menos do que se sabe que aconteceu a nível geral, no sector público,*

*no sector privado ou no sector social, e que, em alguns segmentos, foi uma alternativa real para a quebra generalizada da oferta doutros prestadores.*

*Que a crise é conjuntural mostra-o também o facto de, no plano financeiro, o resultado do exercício, nas modalidades mutualistas, sendo negativo para o padrão de equilíbrio que havíamos conseguido, foi, apesar de tudo, moderado.*

*Como o relatório e as contas atestam, só três fatores, direta e exclusivamente decorrentes da crise, e que se espera que recuperem num prazo razoável, “justificam” o resultado: a diminuição das receitas de arrendamentos (principalmente por renegociação e com um prazo limitado); a perda de receitas da prestação de serviços de saúde, que já está a voltar ao nível normal; e o acréscimo de despesa com equipamentos de segurança, que ocorreu no início da crise. Sem isto o orçamento teria sido cumprido.*

*São factos e números que obrigam a que estejamos alerta, mas que também permitem que mantenhamos a confiança. E que se junta a outros, que vimos construindo ano após ano.*

*Temos níveis confortáveis de reservas que não deixam que a conjuntura comprometa a retoma. Temos o Fundo de Ação Social que, gerido com prudência, se manterá como um apoio eficaz e solidário. E temos novos instrumentos, como o novo Regulamento de Benefícios que finalmente, apesar dos atrasos, entrou em vigor, para nos proteger mais e fortalecer.*

## 2. ASSOCIADOS

Em 31 de dezembro de 2020 a Casa da Imprensa tinha 2311 associados inscritos, menos um (-0,04%) do que no final de 2019.

Ao longo do ano foram admitidos 80 candidatos (107 em 2019), faleceram 26 associados (14 no ano anterior) e 52 cancelaram a inscrição (34 em 2019).

Foram eliminados três associados (10 em 2019) por terem deixado de pagar as quotas.

O quadro seguinte sintetiza o movimento de entradas e saídas durante o ano, a distribuição da massa associativa por categorias e as relações de parentesco:

### MOVIMENTO DE ASSOCIADOS

Movimento de Associados	31/12/2019	Movimento entre as datas					31/12/2020
		Admitidos	Falecidos	Eliminados	Desistiram	Readmitidos / Mudaram categoria	
Associados efectivos	1 131	23	16	1	14	1	1 124
Associados participantes	1 181	57	10	2	38	-1	1 187
Familiares de associados efectivos:	808	25	7	0	24	-20	782
Cônjuges	308	7	3	0	5	-9	298
Cônjuges sobrevivivos	51	0	4	0	3	6	50
Ascendentes	2	3	0	0	0	0	5
Filhos	447	15	0	0	16	-17	429
Outros Associados Participantes	363	32	2	2	14	19	396
Familiares de e outros associados participantes	61	13	1	0	2	0	71
Cônjuges	30	5	1	0	1	0	33
Cônjuges Sobrevivos	8	0	0	0	0	0	8
Filhos	23	8	0	0	1	0	30
Associados pensionistas do FASC	10	0	1	0	0	0	9
<b>Total Associados</b>	<b>2 312</b>	<b>80</b>	<b>26</b>	<b>3</b>	<b>52</b>	<b>0</b>	<b>2 311</b>

Do total de associados, 1124 (48,6%) eram efetivos (jornalistas no ativo ou na reforma) e 1187 (51,4%) eram participantes.

Entre os participantes, 782 (33,8% do total de associados) eram familiares de associados efetivos. Os jornalistas e seus familiares representavam assim 82,5 por cento do total de associados (84,3% em 2019).

Na distribuição por género, o número de associadas ultrapassa o de associados, o que acontece pelo terceiro ano consecutivo. No final de 2020 estavam inscritas 1169 associadas, 50,6 por cento do total de inscritos.

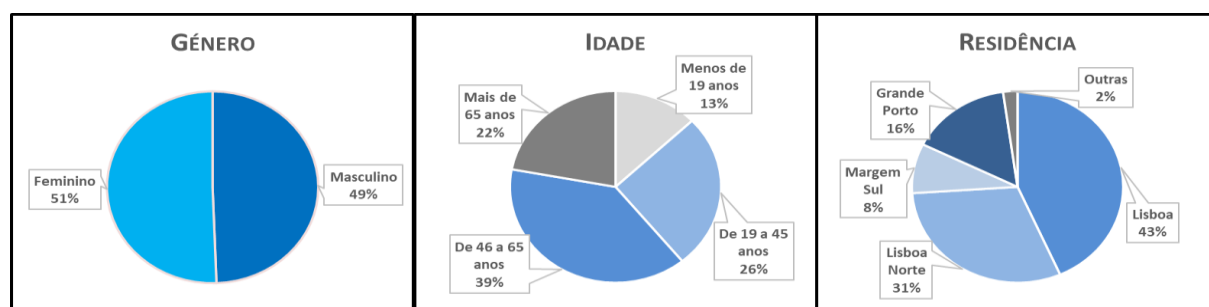
Por classes etárias, quase dois terços dos inscritos (1503 associados, ou 65,0% do total) tinham idades compreendidas entre os 19 e os 65 anos. Com menos de 19 anos estavam inscritos 298 associados (12,9% do total), sendo 510 os maiores de 65 anos (22,1%).

Comparativamente com o ano anterior, há um decréscimo de jovens (-0,3% do total de inscritos) e um acréscimo de *seniores* (+0,6%).

A média de idades, no conjunto dos associados, era de 48,5 anos (48,1 anos em 2019). Nas 80 novas inscrições registadas em 2020 a média de idades foi de 35,6 anos (38,1 anos em 2019).

Quatro em cada cinco associados (82,3%) residem na área metropolitana de Lisboa. No concelho de Lisboa moram 1003 associados (43,4% do total); nos concelhos de Oeiras, Cascais, Sintra, Amadora, Odivelas e Loures, 706 (30,5%); e na Margem Sul, 193 (8,4%). Na região do Grande Porto residem 358 associados. O peso dos residentes no Grande Porto decresceu de 16,9 por cento para 15,5 por cento do total.

Os gráficos seguintes mostram a distribuição de associados por género, escalão etário e área de residência.

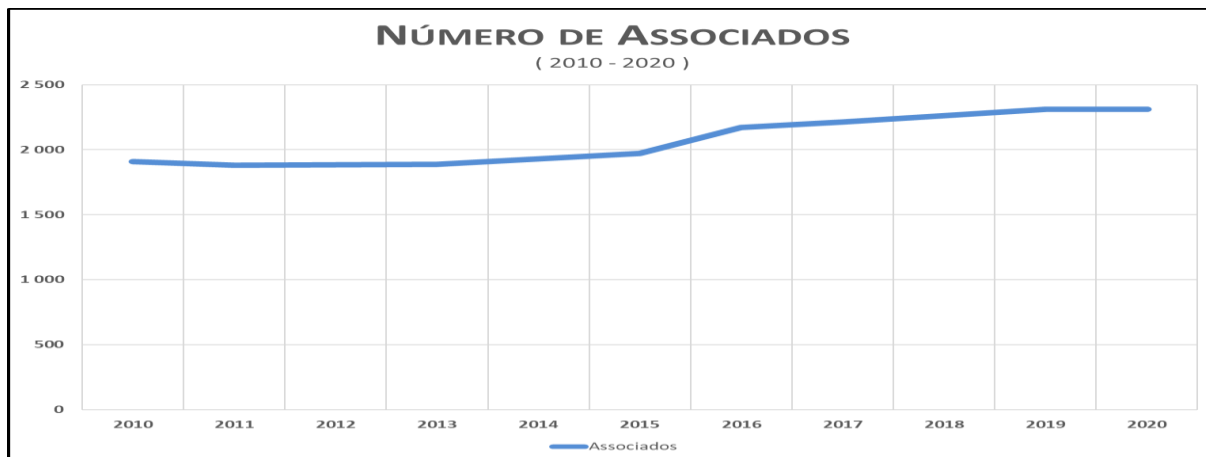


Foi a primeira vez, nos últimos dez anos, que se registou uma diminuição do número de associados (menos um).

A última vez em que tal tinha acontecido foi em 2011, um ano igualmente marcado por uma forte

crise económica e social, que terminou com menos 27 associados inscritos do que no ano imediatamente anterior.

O gráfico seguinte representa a evolução registada nestes anos.



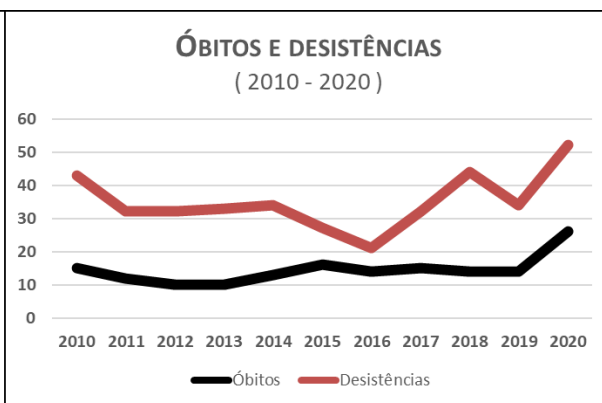
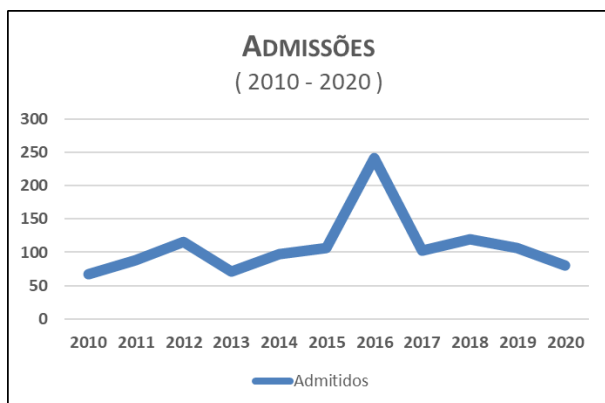
Os gráficos seguintes mostram a evolução nos movimentos de entradas e saídas registados nos últimos dez anos.

O primeiro evidencia os picos de novas adesões que se seguiram às alterações estatutárias e à melhoria de benefícios em 2012 e 2015.

O segundo destaca as duas principais causas da redução do número de associados: as desistências voluntárias e os óbitos.

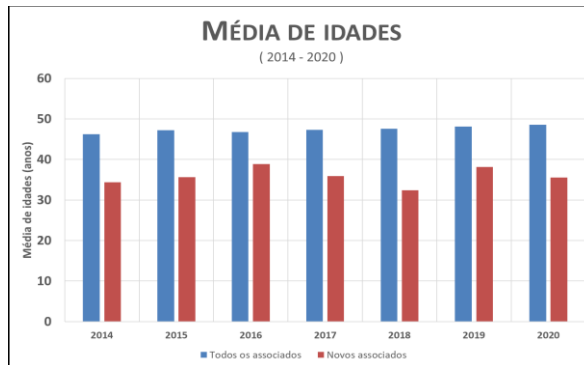
As desistências em 2020, um ano de crise súbita e abrupta, superaram as registadas na crise económica e social do então designado período de ajustamento (*os anos da troika*).

Quanto ao número de óbitos, o gráfico retrata o mais negativo efeito da pandemia de Covid-19: em 2020, o número de mortes, entre associados da Casa da Imprensa (26), foi o dobro da média registada nos dez anos anteriores.



No período considerado (dez anos) foram admitidos 1205 novos associados, mas saíram 808, por morte (159), eliminação (265) ou desistência (384). Outros 265 foram eliminados por terem deixado de pagar quotas.

Nos últimos sete anos a massa associativa *envelheceu* 2,3 anos, passando a média de idades de 46,2 anos em 2014 para 48,5 anos em 2020. A média de idades dos novos associados, neste período, foi inferior a 36 anos (*ver gráfico ao lado*).



### Associados falecidos

Durante o ano faleceram 26 associados, a cuja memória o Conselho de Administração presta homenagem.

O quadro seguinte identifica os associados falecidos, os seus números de inscrição e as datas dos óbitos:

### ASSOCIADOS FALECIDOS EM 2020

Nome	Nº	Categoria de Associado	Data do falecimento
Artur Guerra Jardim Portela	11	Efetivo	10/11/2020
João Joaquim Gomes	25	Efetivo	24/03/2020
Manuel Luís Violante Batoréo	28	Efetivo	07/09/2020
António Joaquim dos Santos	56	Efetivo	07/06/2020
Helena Maria Pereira Goncalves Marques	71	Efetivo	20/10/2020
Maria Armanda Reis Soares	80	Efetivo	28/04/2020
António Joaquim Cardoso e Castro	200	Efetivo	28/08/2020
Maria Lucília Sequeira Matos	207	Efetivo	05/06/2020
António José Machado Ayala Monteiro	314	Efetivo	03/06/2020
José Vitorino Neves Dias	332	Efetivo	08/04/2020
Hortense Laura Pereira Almeida	463	Efetivo	23/01/2020
Guilherme Humberto Salvador Ferreira	466	Efetivo	10/11/2020
Jorge Alberto Monteiro de Almeida Vilas	751	Efetivo	26/02/2020
Paulo Manuel Fernandes da Silva	857	Efetivo	22/03/2020
António Pedro Marques Craveiro Camacho	986	Efetivo	05/12/2020
Maria Regina Pena Silva Ganhão Pereira	5029	Familiar cônjuge	30/06/2020
Iolanda da Fonseca Marques Tavares Ramos	5076	Familiar - cônjuge	03/05/2020
Amália Catalina Diaz Riuturt Reis	5334	Cônjuge sobrevivivo	07/05/2020
Rosalía Rodriguez Borrero Viegas	5337	Cônjuge sobrevivivo	29/05/2020
Maria dos Anjos Mendes Miranda Baião	5441	Cônjuge sobrevivivo	28/12/2020
Maria Palmira Pereira Borralho de Magalhães Monteiro	5445	Cônjuge sobrevivivo	28/10/2020
José Manuel Torrão Avelãs Coelho	5632	Efetivo	03/12/2020
José Maria Roumier Ribeirinho Pereira	6030	Participante	01/07/2020
Cesaltina Rosa Martins Guita	6072	Familiar - cônjuge	
Maria Margarida Macedo Vilela Belo Redondo	6078	Pensionista FASC	29/07/2020
José Maria Salgueiro Mendes	6085	Participante cônjuge	13/04/2020

### Subscritores das modalidades mutualistas

Em 31 de dezembro todos os associados eram subscritores das modalidades de Solidariedade Associativa (SA) e 2309 tinham inscrição ativa nos Cuidados de Saúde Primários (CSP).

A modalidade de Internamento Hospitalar (IH) tinha 1452 subscritores, mais 25 (+1,8%) do que no ano anterior, abrangendo agora 62,8 por cento do total de associados (61,7% em 2019). É a modalidade que mais tem crescido (ver

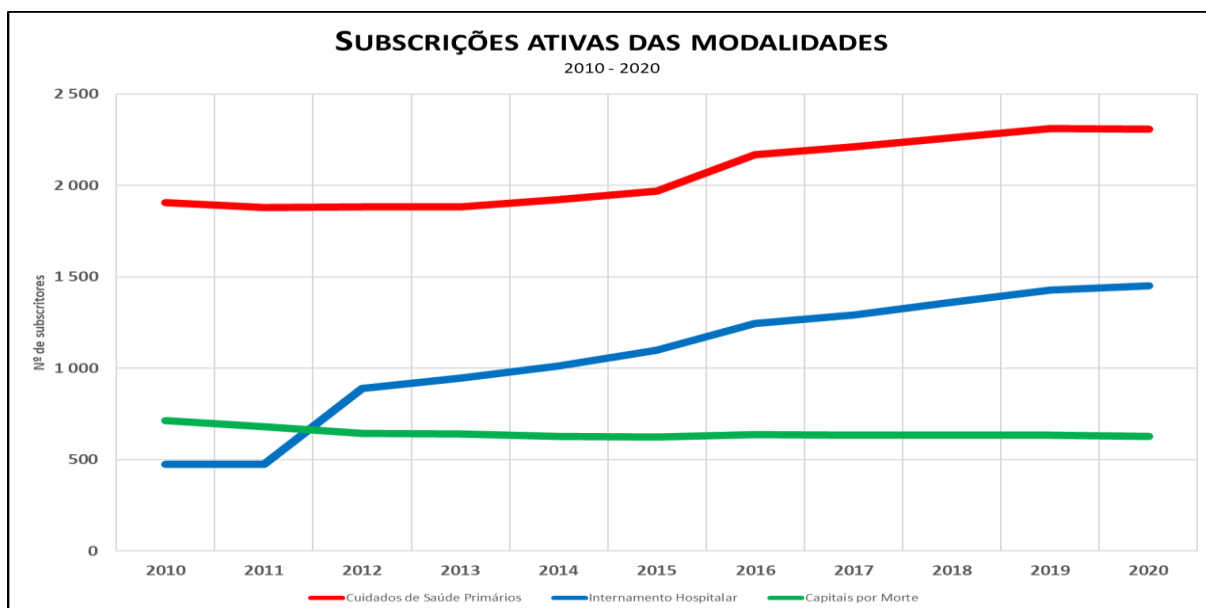
SUBSCRIÇÕES ATIVAS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS				
Modalidades	31/12/2020	31/12/2019	Difª	
			(Nº)	(%)
Solidariedade Associativa	2311	2312	-1	0,0%
Cuidados de Saúde Primários	2309	2311	-2	-0,1%
Internamento Hospitalar	1452	1427	25	1,8%
Capitais por Morte	627	633	-6	-0,9%

gráfico na página seguinte).

A modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) tinha 627 subscritores ativos em dezembro de 2020, menos seis do que no ano anterior.

As inscrições realizadas em dezembro de 2020 já que as inscrições de novos associados e a garantiam o aumento do número de inscrições ativas em 1 de janeiro de 2021 para 2321 associados,

subscrição de modalidades só se tornam efetivas no primeiro dia do mês seguinte à admissão.



### 3. SAÚDE

As modalidades de Saúde da Casa da Imprensa proporcionaram aos associados seus subscritores, em 2020, o acesso a 6289 consultas, exames e tratamentos e 49 internamentos em unidades hospitalares, menos 636 atendimentos (-9,2%) do que no ano anterior.

Daquele total, 44,5 por cento foram realizadas no posto clínico da associação; 9,6 por cento em pres-

tadores com *convénio* direto com a Casa da Imprensa (com *credencial*); e 45,9 por cento na rede Advancecare (com o *cartão de saúde*).

O quadro seguinte mostra a evolução desde 2009 do número de consultas, exames e tratamentos no âmbito das duas modalidades de Saúde (no caso da Rede Advancecare somente desde 2012, quando começou a ser distribuído o *cartão de saúde*).

**CONSULTAS REALIZADAS EM REGIME AMBULATORIO (TODOS OS TIPOS DE ACESSO - 2009/2019)**

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Posto Clínico	2 880	3 077	2 446	2 765	2 860	2 801	3 029	3 239	3 221	3 124	3 145	2 799
Credenciais	1 402	1 399	1 408	1 191	996	898	868	738	698	684	703	602
Cartão de saúde				n.d.	n.d.	n.d.	1 804	1 990	2 015	2 633	3 077	2 888
<b>TOTAL</b>	<b>4 282</b>	<b>4 476</b>	<b>3 854</b>	<b>3 956</b>	<b>3 856</b>	<b>3 699</b>	<b>5 701</b>	<b>5 967</b>	<b>5 934</b>	<b>6 441</b>	<b>6 925</b>	<b>6 289</b>

(1) O acesso à Rede Advancecare com o cartão de saúde só foi disponibilizado a partir de 2012

n.d. - Os dados estatísticos relativos ao acesso aos prestadores da Rede Advancecare só estão disponíveis a partir de 2015

#### Cuidados de Saúde Primários

Durante o ano, 992 associados subscritores da modalidade de Cuidados de Saúde Primários tiveram pelo menos uma consulta ou pequena cirurgia no posto clínico da Casa da Imprensa (Lisboa e Porto) ou solicitaram credenciais para exames, tratamentos e *consultas externas* (ao abrigo de *convénios*). E pelo menos 720 associados utilizaram o *cartão de saúde* para acederem a consultas programadas ou de urgência e para exames e tratamentos em regime ambulatorio na Rede Advancecare.

No total, por estas vias de acesso (posto clínico, *convénios* e Rede Advancecare) foram realizadas pelo

menos 6 065 consultas, exames ou tratamentos em regime ambulatorio.

Em todos os casos (Posto Clínico, *convénios* ou Rede Advancecare) registou-se uma diminuição da procura (-12,4%) que, no entanto, é menor no caso das *consultas internas* na Casa da Imprensa (-11,0%).

A quebra da procura foi geral, em todos os serviços, públicos, privados e do sector social, devido à pandemia de Covid-19. A oferta também foi reduzida em alguns períodos, com o encerramento temporário de estabelecimentos para controlar o risco de contaminação com o novo coronavírus.

Na Casa da Imprensa, o atendimento presencial, incluindo para consultas médicas, esteve suspenso entre 16 de março e 25 de maio, na primeira vaga da pandemia, mas o acompanhamento médico para situações urgentes, encaminhamento de pacientes e manutenção de receituário, foi garantido de modo não presencial.

Por não serem subsidiadas nem darem direito a participações ou reembolsos, mas apenas a preços mais favoráveis que os cobrados a pacientes particulares, não há registo estatístico de consultas, tratamentos ou outros cuidados de saúde prestados ou serviços adquiridos ao

abrigo de *protocolos* ou *acordos*. Incluem-se neste grupo as consultas realizadas nas clínicas das associações mutualistas que integram a APM-RedeMut e, de modo geral, todas as situações em que, para acesso aos serviços ou para beneficiar de desconto, é suficiente a apresentação do cartão de associado da Casa da Imprensa.

O quadro seguinte mostra o número de associados que tiveram pelo menos um atendimento pela modalidade de Cuidados de Saúde Primários.

**SERVIÇOS DE SAÚDE (MODALIDADE DE CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS)**

	Associados				Consultas e tratamentos			
	2020	2019	Dif.ª		2020	2019	Dif.ª	
			N.º	%			N.º	%
Posto clínico	992	1 048	-56	-5,3%	2 799	3 145	-346	-11,0%
Convénios					602	703	-101	-14,4%
Cartão de saúde	720	714	6	0,8%	2 664	3 077	-413	-13,4%
<b>Total</b>					<b>6 065</b>	<b>6 925</b>	<b>-860</b>	<b>-12,4%</b>

**Consultas internas**

Nos Serviços de Saúde da Casa da Imprensa (Lisboa e Porto), no âmbito da modalidade de Cuidados de Saúde Primários, e tendo em conta todas as especialidades médicas, realizaram-se 2 799 consultas, menos 346 (-11,0%) do que em 2019 (*ver quadro*). Durante o ano estiveram disponíveis as especialidades de Medicina Geral e Familiar (Clínica Geral), Cirurgia Geral, Dermatologia, Ginecologia e Obstetrícia, Medicina Interna, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pediatria e Urologia. Além das especialidades médicas, realizaram-se também consultas de Psicoterapia e Nutrição.

A Medicina Geral e Familiar (ou Clínica Geral) foi, como habitualmente, a especialidade mais procurada, e a que teve menor quebra no número de consultas realizadas, presenciais ou não. Foram realizadas, em Lisboa e no Porto, 1928 consultas, menos 17 (-0,9%) do que as realizadas no ano anterior.

Nas restantes especialidades (médicas e não médicas), realizaram-se 871 consultas, menos 329 (-27,4%) do que no ano anterior. Destas especialidades, a Psicologia (195 consultas) foi a mais procurada, seguindo-se a Oftalmologia (156) e a Dermatologia (145).

**CONSULTAS INTERNAS - POSTO CLÍNICO (LISBOA E PORTO)**

Especialidades	Lisboa				Porto				Total			
	2020	2019	Dif.ª		2020	2019	Dif.ª		2020	2019	Dif.ª	
			N.º	%			N.º	%			N.º	%
Clínica Geral	1 686	1 686	0	0,00%	242	259	-17	-6,6%	1 928	1 945	-17	-0,9%
Outras Especialidades	835	1 143	-308	-26,95%	36	57	-21	-36,8%	871	1 200	-329	-27,4%
<b>Total</b>	<b>2 521</b>	<b>2 829</b>	<b>-308</b>	<b>-10,9%</b>	<b>278</b>	<b>316</b>	<b>-38</b>	<b>-12,0%</b>	<b>2 799</b>	<b>3 145</b>	<b>-346</b>	<b>-11,0%</b>

**Cirurgia de ambulatório**

No posto clínico foram feitas 34 pequenas cirurgias, menos 18 do que no ano anterior. A maioria (31) fez-se no âmbito da consulta da especialidade de Dermatologia. O quadro seguinte mostra o número de pequenas cirurgias realizadas durante o ano.

**PEQUENAS CIRURGIAS - POSTO CLÍNICO (LISBOA)**

Especialidades	Lisboa			
	2020	2019	Dif.ª	
			N.º	%
Dermatologia	31	41	-10	-24,39%
Outras Especialidades	3	11	-8	-72,73%
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>52</b>	<b>-18</b>	<b>-34,6%</b>

**Consultas externas**

Em regime ambulatório, além do posto clínico os associados puderam recorrer aos serviços de prestadores de cuidados de saúde com os quais a Casa da Imprensa tem *convénios*, *acordos* ou *protocolos de cooperação*.

Durante o ano foram emitidas 602 *credenciais* para *consultas externas*, exames e tratamentos ao abrigo

de *convénios*, ou seja, para a prestação de cuidados de saúde subsidiados pela associação ou tratamentos com médicos ou em estabelecimentos diretamente convencionados com a Casa da Imprensa.

Em comparação com o ano anterior, foram menos 101 consultas (-14,4%). A especialidade mais procurada continua a ser a Estomatologia, com 51,1% do



total de credenciais emitidas a nível nacional. No Porto, o peso desta especialidade é ainda maior, atingindo 68,3% do total de credenciais emitidas pela Delegação (47,0% em Lisboa).

O quadro seguinte indica o número de credenciais emitidas para prestadores de serviços de Lisboa e do Porto em 2020 e 2019 ao abrigo de *convénios*, por especialidade:

**CONVÉNIOS - CONSULTAS EXTERNAS, EXAMES E TRATAMENTOS (LISBOA E PORTO)**

	Lisboa				Porto				Total			
	2020	2019	Dif.ª		2020	2019	Dif.ª		2020	2019	Dif.ª	
			N.º	%			N.º	%			N.º	%
<b>Total</b>	<b>315</b>	<b>369</b>	<b>-54</b>	<b>-14,6%</b>	<b>287</b>	<b>334</b>	<b>-47</b>	<b>-14,1%</b>	<b>602</b>	<b>703</b>	<b>-101</b>	<b>-14,4%</b>

**Rede Advancecare**

Durante o ano, no âmbito da modalidade de Cuidados de Saúde Primários 720 associados tiveram acesso a cuidados de saúde em regime ambulatorio na Rede Advancecare utilizando o *cartão de saúde* distribuído gratuitamente pela Casa da Imprensa. Com a utilização do *cartão de saúde* realizaram-se 2 664 consultas, exames ou tratamentos, a que corresponderam 6 141 atos médicos.

Em comparação com o ano anterior, foram menos 49 associados (-6,4%), menos 413 consultas, exames ou tratamentos (-13,4%), e menos 671 atos médicos (-9,9%).

O quadro seguinte mostra o número de associados, de consultas, de exames e tratamentos e de atos médicos na Rede Advancecare em regime ambulatorio e no âmbito da modalidade de CSP.

**ACESSO À REDE ADVANCECARE EM REGIME AMBULATORIO**

Associados				Consultas				Atos médicos			
2020	2019	Dif.ª		2020	2019	Dif.ª		2020	2019	Dif.ª	
		(Nº)	(%)			(Nº)	(%)			(Nº)	(%)
720	769	-49	-6,4%	2 664	3 077	-413	-13,4%	6 141	6 812	-671	-9,9%

**Serviço de Assistência Médica Noturna**

Em 2020 mais 189 associados subscreveram o serviço de Assistência Médica Noturna, menos nove do que o ano anterior.

A Assistência Médica Noturna (AMN) é um serviço da APM/RedeMut (Associação Portuguesa de Mutualidades) prestado através da Residências Montepio e dá acesso a consultas de Medicina Geral ao domi-

cílio, aconselhamento médico telefónico e o transporte ao hospital de residência.

A adesão à AMN é gratuita, mas obriga a uma subscrição prévia através de formulário disponível na página da Casa da Imprensa na internet e à emissão de um cartão autónomo, necessário para o acesso aos serviços.

**Internamento hospitalar**

No âmbito da modalidade de Internamento Hospitalar (IH) registaram-se 49 casos de hospitalização para cirurgias, tratamentos e um parto, num total de 67 atendimentos que tiveram assistência hospitalar coberta pela Casa da Imprensa.

A modalidade garantiu também o atendimento de

103 associados em 157 consultas, exames e sessões de tratamento em regime ambulatorio que beneficiaram de participação ou reembolso.

Em comparação com 2019, foram atendidos mais 23 associados (+17,8%) e aumentou o número de internamentos, com mais seis casos (+19,1%).

**4. AÇÃO SOCIAL**

Devido à situação de pandemia os Serviços Sociais privilegiaram os contactos não presenciais no atendimento de associados e em iniciativas para sinalizar situações de isolamento comunitário ou familiar que eventualmente pudessem ter sido causadas ou agravadas com a crise pandémica.

Paralelamente, foram mantidos contactos com entidades externas, principalmente serviços públicos e instituições privadas de solidariedade social (IPSS), dos quais resultou o encaminhamento de 15 bene-

ficiários (22 no ano anterior) para a Segurança Social, lares de idosos e centros de dia. Foi também dado apoio na entrega domiciliária de medicamentos e bens alimentares e realizadas 30 visitas domiciliárias (85 no ano anterior), das quais 15 em residências assistidas e centros de dia (21 em 2019), além de 50 entrevistas presenciais, a maioria na sede associativa.

Por proposta dos Serviços Sociais foram atribuídos 11 subsídios eventuais e prestações complementares periódicas (14 em 2019) para responder a situações de risco social agravado, nomeadamente em situações de doença e desemprego, e para a realização de funerais. Foi também concedido um subsídio reembolsável.

O valor dos subsídios eventuais atribuídos foi de 18.809,87 euros (25.768,20 euros em 2019).

Devido ao falecimento dos associados, foi suspenso o pagamento de três prestações complementares periódicas iniciado em anos anteriores.

Com o apoio do FAS foram comparticipados exames complementares de diagnóstico não comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde, mas que os médicos da Casa da Imprensa consideraram indispensáveis para um correto diagnóstico dos pacientes.

Foram igualmente comparticipadas despesas relativas ao tratamento de doenças de alto risco e alto custo e comparticipadas despesas de saúde de beneficiários com insuficiência económica.

O valor destes apoios totalizou o montante de 5531,69 euros (3992,68 euros no ano anterior).

Todos os apoios concedidos foram instruídos e pro-

**SUBSÍDIOS CONCEDIDOS PELO FUNDO DE AÇÃO SOCIAL**

Ação do FAS	2020		2019	
	N.º de beneficiários	Valor atribuído	N.º de beneficiários	Valor atribuído
Subsídios mensais atribuídos	9	12 410,00 €	11	19 878,80 €
Subsídios pontuais atribuídos	2	3 653,79 €	3	522,40 €
Subsídios em isenções em cuidados de saúde	6	2 746,08 €	10	5 367,00 €
<b>Total a fundo perdido</b>	<b>17</b>	<b>18 809,87 €</b>	<b>24</b>	<b>25 768,20 €</b>
Subsídios reembolsáveis	1	2 500,00 €	1	9 900,00 €

**COMPARTICIPAÇÕES EM MCDT CONCEDIDOS PELO FUNDO DE AÇÃO SOCIAL**

Ação do FAS	2020		2019	
	N.º de beneficiários	Valor atribuído	N.º de beneficiários	Valor atribuído
CSP - artigo 9º	21	3 031,69 €	26	2 911,65 €
IH - artigo 12º	1	2 500,00 €	1	1 081,03 €
<b>Total comparticipações</b>	<b>22</b>	<b>5 531,69 €</b>	<b>27</b>	<b>3 992,68 €</b>

postos pelos Serviços Sociais, nos termos regulamentares, e, com a exceção da comparticipação de quotas das modalidades de saúde (*ver adiante*) e de despesas relativas a exames complementares de diagnóstico e ao tratamento de doenças consideradas de *alto risco ou alto custo*, atenderam à condição de recursos dos requerentes, em processos com caráter reservado.

No âmbito do Fundo de Ação Social, a Casa da Imprensa patrocinou, com outros parceiros do sector, a preparação de um inquérito sobre as condições de trabalho e de vida dos jornalistas, a ser lançado em 2021.

O inquérito abrange também as questões relativas à saúde e à Segurança Social e servirá de base a um estudo que se pretende que possa ajudar à definição de políticas nestes domínios.

**Subsídio de parentalidade, bolsas de estudo e subsídio por morte**

Em 2020 foram atribuídos seis subsídios de parentalidade, no valor global de 1500,00 euros, um acréscimo relativamente aos quatro subsídios, no valor global de 1000,00 euros, pagos no ano anterior.

Também no âmbito da Solidariedade Associativa foram atribuídas quatro bolsas de estudo (menos duas do que em 2019), com o valor individual de 750 euros (3000,00 euros no total).

Tal como no ano anterior, não foi pago qualquer subsídio de acidentes pessoais.

No âmbito da modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) foram pagos nove subsídios, no valor global de 9000,00 euros, aos herdeiros legais ou beneficiários designados de subscritores da modalidade que faleceram.

**SUBSÍDIOS DE PARENTALIDADE BOLSAS DE ESTUDO E SUBSÍDIOS POR MORTE**

Subsídios atribuídos	2020		2019		Difº		
	N.º	Valor (€)	N.º	Valor (€)	N.º	Valor (€)	(%)
Parentalidade	6	1 500,00 €	4	1 000,00 €	2	500,00 €	50,0%
Bolsas de estudo	4	3 000,00 €	6	4 500,00 €	-2	-1 500,00 €	-33,3%
Acidentes pessoais	0	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	
Morte (CPM)	9	9 000,00 €	4	4 000,00 €	5	5 000,00 €	125,0%
Resgates (CPM)	1	725,22 €	1	735,69 €	0	-10,47 €	-1,4%
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>14 225,22 €</b>	<b>15</b>	<b>10 235,69 €</b>	<b>5</b>	<b>3989,53</b>	<b>39,0%</b>

Em comparação com o ano anterior, mais do que duplicou o número de subsídios por morte e o respetivo valor global.

Durante o ano foi feito o resgate de uma subscrição. Nos termos regulamentares, o resgate (no valor de 95% das reservas matemáticas) é pago aos subscritores com mais de 80 anos que o solicitem.

O quadro junto sintetiza a informação sobre o número de subsídios atribuídos no âmbito da Solidariedade Associativa e da modalidade de Capital Pagável por Morte e respetivos valores.

### Comparticipação de quotas

Conforme previsto no respetivo Regulamento, o Fundo de Ação Social (FAS) participou o pagamento de quotas das modalidades de Saúde dos familiares de associados efetivos (jornalistas).

No final de 2020, beneficiavam da participação de quotas 711 associados, dos quais 261 cônjuges, 50 cônjuges sobrevivivos e 389 filhos.

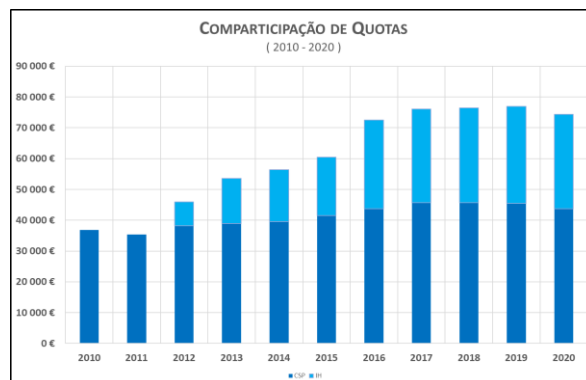
O valor das participações ascendeu a 74 368,00 euros, menos 2598.50 euros (-3,4%) do que no ano anterior.

A redução deve-se, principalmente, ao facto de estar suspensa a atribuição de novas participações.

Em 15 de outubro de 2019 a Assembleia Geral decidiu, por proposta do Conselho de Administração, suspender a atribuição de participações em novas inscrições de associados ou em novas subscrições das modalidades, sem prejuízo das situações já constituídas.

A suspensão vigora até à adequação do Regulamento do FAS ao novo Regulamento de Benefícios, aprovado na mesma reunião extraordinária da Assembleia Geral.

Nos últimos dez anos o Fundo de Ação Social participou o pagamento de quotas no valor de 664.838,50 euros, no que constitui a maior despesa em apoios sociais suportados pelo FAS (*ver gráfico*).



### Pensões complementares de reforma e sobrevivência (FASC)

O Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC) pagou pensões de reforma e sobrevivência no valor global de 26 521,60 euros, um decréscimo de 3 729,20 euros (-12,3%) relativamente ao ano

anterior (30 251,20 euros).

Beneficiam do FASC, como grupo fechado, exclusivamente os pensionistas de reforma e sobrevivência do regime geral de Segurança Social referidos no instrumento de integração do antigo Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas na Casa da Imprensa, em 1992.

O quadro junto sintetiza a informação relativa ao pagamento de pensões e subsídios no âmbito do FASC.

PENSÕES COMPLEMENTARES DE REFORMA E PENSÕES DE SOBREVIVÊNCIA

	2020		2019		Dif.º			
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	(%)	Valor	(%)
<b>Pensões pagas</b>								
Pensões complementares de reforma (jornalistas)	5	8 436,00 €	5	10 360,00 €	0	0,00 €	-1 924,00 €	-18,6%
Pensões de sobrevivência (cônjuges sobrevivivos)	15	18 085,60 €	15	18 648,00 €	0	0,00 €	-562,40 €	-3,0%
<b>Pensões a pagar</b>								
cônjuges sobrevivivos			1	1 243,20 €	-1	-1,00 €	-1 243,20 €	-100,0%
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>26 521,60 €</b>	<b>21</b>	<b>30 251,20 €</b>	<b>-1</b>	<b>-0,05 €</b>	<b>-3 729,60 €</b>	<b>-12,3%</b>
Subsídio por morte	1	2 493,99 €		0,00 €	1		2 493,99 €	

### 5. SERVIÇOS

De acordo com as disposições legais e as orientações das autoridades de saúde pública, o Conselho de Administração aprovou um Plano de Contingência para garantir a segurança dos funcionários, colaboradores e visitantes nas instalações associativas. O atendimento presencial esteve suspenso na sede e na delegação do Porto entre os dias 16 de março e 25 de maio e substituído por contacto telefónico em todos os serviços, incluindo o acompanhamento

clínico para rastreamento de situações agudas, encaminhamento de doentes e receituário. Foram adotados todos os procedimentos recomendados e adquiridos os equipamentos necessários.

Na expectativa de entrada em vigor do novo Regulamento de Benefícios, foram contratados novos desenvolvimentos do sistema informático. Foi também concluído o projeto de renovação do sistema de videoconferência instalado no Salão Nobre.

### 6. ATIVIDADE ASSOCIATIVA

A atividade associativa em 2020 foi condicionada pela crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19, que evoluiu rapidamente para uma crise

económica e social à escala mundial.

O Conselho de Administração manteve contacto frequente com os restantes órgãos associativos,

para os manter informados sobre as atividades que estava a desenvolver e para a análise conjunta dos efeitos da crise na Casa da Imprensa.

Por proposta da administração, o Conselho Geral reuniu-se formalmente com aqueles objetivos nos dias 25 de maio e 13 de novembro.

Nesta data, de acordo com os estatutos, também apreciou o documento sobre as *Linhas Gerais de Orientação Estratégica* apresentado pela administração, a que deu parecer favorável.

O relatório de gestão e as contas do exercício de 2019 foram concluídos nos prazos estatutários e apresentados ao Conselho Fiscal, que lhes deu parecer favorável.

As normas legais e sanitárias impediram a realização da reunião ordinária da Assembleia Geral no prazo limite previsto nos estatutos, mas o Decreto-Lei 10-A/2020, de 13 de março, estendeu o prazo legal até 30 de setembro.

Nesta data, a Assembleia geral aprovou por unanimidade o relatório de gestão e as contas do exercício.

## **7. INICIATIVAS CULTURAIS**

A crise pandémica limitou a atividade cultural da associação, obrigando ao cancelamento de iniciativas programadas.

Antes da crise, entre 29 de janeiro e 4 de fevereiro, ainda foi possível a realização da segunda Mostra de Cinema Casa da Imprensa | Cinema Ideal, em parceria com a Midas Filmes, que incluiu seis antestreias, em oito sessões abertas ao público.

O certame, com o tema *Séc. XX – Guerra História Memória*, abriu com a antestreia do filme *J'Accuse – O oficial e o Espião*, de Roman Polansky. Seguiram-se *Para Sama*, de Waad al-Kateb e Edward Watts, *Eles Não Envelhecerão*, de Peter Jackson, *Torre das Donzelas*, de Susanna Lira, *Quem Escreverá a Nossa História*, de Roberta Grossman, *Uma Vida Alemã*, de Christian Krönes, Olaf S. Müller, Roland Schrotthofer e Florian Weigensamer, *Horizontes de Glória*, de Stanley Kubrick, e uma sessão especial com *O Grande Ditador*, de Charles Chaplin.

Entre 6 de outubro e 6 de novembro, o Salão Nobre da sede associativa acolheu a exposição do Prémio Estação Imagem de fotografia, de que a Casa da Imprensa é copatrocinadora desde 2015.

cio de 2019, bem como um voto de louvor ao Conselho de Administração pelo trabalho realizado.

No início de novembro o Conselho e Administração apresentou ao Conselho Fiscal a proposta de Programa de Ação e Orçamento para 2021, a ser submetida posteriormente à Assembleia Geral.

Dada a impossibilidade de realização da reunião da Assembleia, por razões de saúde pública e impedimento legal, e perante o agravamento da crise, a proposta viria a ser atualizada em janeiro de 2021.

O vice-presidente do Conselho de Administração eleito em 2018, Paulo Fernandes Silva, faleceu a 22 de março de 2020, pelo que, tendo embora participado nos trabalhos, já não assinou o relatório de gestão do exercício anterior. O facto foi referido numa nota prévia incluída no relatório aprovado pela Assembleia Geral.

Nos termos estatutários, o vogal Carlos Lobato foi cooptado para exercer as funções de vice-presidente e a vogal suplente Elsa Alves passou a efetiva, ambos os casos com efeitos a partir de 25 de maio.

A exposição incluiu trabalhos dos fotojornalistas José Sarmento Matos (*Prémio Estação Imagem*), Leonel de Castro (*Fotografia do ano* e vencedor da categoria *Assuntos Contemporâneos*), Rui Duarte Silva (*Notícias*), Ana Brígida (*Artes e Espetáculos*), Carlos Folgoso Sueiro (*Ambiente*), António Pedro Santos (*Série de Retratos*) e Rodrigo Antunes (*Desporto*).

Devido à crise de saúde pública e às medidas de confinamento, foi cancelado o projeto de reedição da *Grande Noite do Fado*, que estava a ser organizada em parceria com a Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa e com o apoio do pelouro de Cultura da Câmara Municipal de Lisboa e das Juntas de Freguesia da Misericórdia, Santa Maria Maior, São Vicente, Beato, Marvila e São Domingos de Benfica. O Conselho de Administração expressa público reconhecimento pelo apoio destas e das demais entidades que se dispuseram a apoiar a iniciativa, especialmente o Montepio Geral Associação Mutualista.

No âmbito de um protocolo de cooperação com o Clube de Jornalistas, a Casa da Imprensa manteve em 2020 o apoio à distribuição da revista *Jornalismo e Jornalistas*.

## 8. FINANÇAS

### Resultado global do exercício

As contas do exercício de 2020 relativas a todos os fundos sob gestão da Casa da Imprensa evidenciam um resultado líquido global positivo de 187 253,46 euros, mais 51 953,77 euros (+38,4%) do que no ano anterior, mas espelham realidades opostas consoante se trate das modalidades mutualistas ou dos fundos autónomos.

No conjunto, as modalidades mutualistas (Solidari-

idade Associativa, Cuidados de Saúde Primários, Internamento Hospitalar e Capital por Morte) fecharam o ano com um resultado global negativo de -50 793,13 euros enquanto os fundos autónomos tiveram um saldo global positivo de 238 046,59 euros. O quadro seguinte indica o resultado líquido global no exercício de 2020 de todos os fundos sob gestão da Casa da Imprensa.

#### RESULTADO DO EXERCÍCIO - MODALIDADES MUTUALISTAS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Modalidades / Fundos	2020	2019	Dif. <sup>a</sup>	
			(€)	(%)
Modalidades mutualistas	-50 793,13 €	-9 100,11 €	-41 693,02 €	458,2%
Fundos autónomos	238 046,59 €	144 399,80 €	93 646,79 €	64,9%
<b>Total</b>	<b>187 253,46 €</b>	<b>135 299,69 €</b>	<b>51 953,77 €</b>	<b>38,4%</b>

### Resultados das modalidades mutualistas

As contas do exercício de 2020 do conjunto das modalidades mutualistas evidenciam um resultado líquido negativo de -50.793,13 euros numa despesa global de 726 203,09 euros, um défice de 7,0 por cento.

O saldo apurado é inferior ao que estava orçamentado e ao registado em 2019.

Relativamente ao orçamento (elaborado antes da pandemia de Covid-19 e no pressuposto da próxima

entrada em vigor do novo Regulamento de Benefícios), o desvio foi superior a 69 mil euros. Na comparação com o exercício anterior, que já tinha registado um saldo negativo, este agravou-se em mais de 41 mil euros.

O quadro seguinte indica o resultado líquido do exercício do conjunto das modalidades mutualistas, comparado com o do ano anterior e com o orçamento aprovado em Assembleia Geral.

#### RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

Modalidades	2020		2019	Dif. <sup>a</sup>			
	Real	Orç.	Real	(€)	(%)	(€)	(%)
	(1)	(2)	(3)	(1 - 2)		(1 - 3)	
<b>Resultado líquido</b>	<b>-50 793,13 €</b>	<b>18 881,00 €</b>	<b>-9 100,11 €</b>	<b>-69 674,13 €</b>	<b>-369,0%</b>	<b>-41 693,02 €</b>	<b>458,2%</b>

O quadro seguinte indica o resultado líquido do exercício de cada uma das modalidades mutualistas em 2020, comparado com o que foi registado no ano anterior.

De acordo com a lei, estes resultados são levados aos fundos próprios ao Fundo permanente das modalidades respetivas, que são os fundos de reserva das modalidades.

#### RESULTADOS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

Modalidades	2020	2019	Dif. <sup>a</sup>	
			(€)	(%)
Solidariedade Associativa	5 243,35 €	1 068,83 €	4 174,52 €	390,6%
Cuidados de Saúde Primários	-25 496,06 €	-3 799,93 €	-21 696,13 €	571,0%
Internamento Hospitalar	-30 131,59 €	-6 624,79 €	-23 506,80 €	354,8%
Capitais por Morte	-408,84 €	255,78 €	-664,62 €	-259,8%
<b>Total</b>	<b>-50 793,13 €</b>	<b>-9 100,11 €</b>	<b>-41 693,02 €</b>	<b>458,2%</b>

### Proveitos e custos das modalidades mutualistas

O quadro seguinte (*ver pág. 14*) sintetiza a conta de exploração, ajustando os principais agregados à natureza e atividades da Casa da Imprensa e permitindo a comparação com os exercícios anteriores.

Os rendimentos e ganhos respeitantes às atividades mutualistas tiveram uma quebra de 52 627,90

euros, passando de 728 037,86 euros em 2019 para 675 409,96 euros (-7,2%). Os gastos e perdas totalizaram 726 203,09 euros, menos 10 934,88 euros (-1,5%) do que no ano anterior.

**PROVEITOS E CUSTOS DAS MODALIDADES**

	2020	2019	Dif. <sup>a</sup>	
			(€)	(%)
<b>Proveitos diretos das modalidades mutualistas</b>	<b>387 999,00 €</b>	<b>392 410,53 €</b>	<b>-4 411,53 €</b>	<b>-1,1%</b>
Quotizações e jóias	328 085,25 €	322 674,65 €	5 410,60 €	1,7%
Credenciais e Senhas de consulta (CSP)	59 913,75 €	69 735,88 €	-9 822,13 €	-14,1%
Provisões específicas do sector (CPM)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	#DIV/0!
<b>Proveitos comuns</b>	<b>287 410,96 €</b>	<b>335 627,33 €</b>	<b>-48 216,37 €</b>	<b>-14,4%</b>
Vendas	11,23 €	41,23 €	-30,00 €	-72,8%
Prestações de serviços	134 212,44 €	140 501,25 €	-6 288,81 €	-4,5%
Subsídios, doações e legados	1 808,28 €	220,00 €	1 588,28 €	721,9%
Outros rendimentos e ganhos	142 737,90 €	185 989,55 €	-43 251,65 €	-23,3%
Juros e outros rendimentos similares	8 641,11 €	8 875,30 €	-234,19 €	-2,6%
<b>Total de rendimentos e ganhos</b>	<b>675 409,96 €</b>	<b>728 037,86 €</b>	<b>-52 627,90 €</b>	<b>-7,2%</b>
<b>Custos diretos das modalidades mutualistas</b>	<b>323 589,99 €</b>	<b>321 841,40 €</b>	<b>1 748,59 €</b>	<b>0,5%</b>
Subsídios e bolsas de estudo (CPM + SA)	14 225,22 €	10 235,69 €	3 989,53 €	39,0%
Prestações a associados das mutualidades (IH)	110 604,38 €	107 551,36 €	3 053,02 €	2,8%
Prestações pecuniárias cuidados de saúde (CSP)	174 124,29 €	183 338,52 €	-9 214,23 €	-5,0%
Outros custos inerentes a associados (CSP+IH)	22 716,21 €	15 532,14 €	7 184,07 €	46,3%
Provisões específicas do sector (CPM)	1 919,89 €	5 183,69 €	-3 263,80 €	-63,0%
<b>Custos comuns</b>	<b>402 613,10 €</b>	<b>415 296,57 €</b>	<b>-12 683,47 €</b>	<b>-3,1%</b>
Custo das vendas	7,14 €	37,92 €	-30,78 €	-81,2%
Fornecimentos e serviços externos	121 817,76 €	121 809,67 €	8,09 €	0,0%
Custos com o pessoal	202 832,92 €	200 562,99 €	2 269,93 €	1,1%
Gastos de depreciação e amortização	77 189,07 €	82 821,69 €	-5 632,62 €	-6,8%
Perdas por imparidade	0,00 €	7 315,00 €	-7 315,00 €	-100,0%
Outros gastos e perdas	766,21 €	2 749,30 €	-1 983,09 €	-72,1%
<b>Total de gastos e perdas</b>	<b>726 203,09 €</b>	<b>737 137,97 €</b>	<b>-10 934,88 €</b>	<b>-1,5%</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-50 793,13 €</b>	<b>-9 100,11 €</b>	<b>-41 693,02 €</b>	<b>458,2%</b>

Entre os proveitos diretos das modalidades (isto é, os proveitos especificamente relacionados com uma modalidade), as quotas e as joias de inscrição totalizam 328 085,25 euros, o equivalente a 48,6 por cento do total de rendimentos e ganhos.

As receitas da quotização tiveram um crescimento de 1,7%, o que se justifica com o facto de, apesar de no último dia do ano se registar menos um associado inscrito do que no final do ano anterior, o número médio de associados, ao longo do ano, ter sido superior: 2 326. E isto porque houve mais admissões no início do ano e mais óbitos e desistências nos últimos meses, especialmente no decorrer da segunda vaga da pandemia de Covid-19.

A receita com credenciais e senhas de consulta foi de 59 913,75 euros, um decréscimo de 9 822,13 euros (-14,1%), consequência da menor procura de cuidados de saúde em tempo de pandemia.

Os custos diretos dos benefícios (isto é, imputáveis especificamente a uma modalidade) ascenderam a 323 589,99 euros, mais 1 748,59 euros (+0,5%) do que um ano antes e o equivalente a 44,6 por cento do total de gastos e perdas.

Daquele total, 14 225,22 euros (mais 39,0% do que

no ano anterior) respeitam a subsídios de nascimento, bolsas de estudo, subsídio de acidentes pessoais e subsídios por morte pagos pelas modalidades de Solidariedade Associativa (SA) e Capital por Morte (CPM); 174 124,29 euros (53,80% do total dos custos diretos) correspondem a custos da modalidade de Cuidados de Saúde Primários (CSP); e 110 604,38 euros (34,2%) foram imputados à modalidade de Internamento Hospitalar (IH).

Os proveitos comuns às quatro modalidades (isto é, que não imputáveis especificamente a uma modalidade e são rateados pelo conjunto das modalidades) totalizaram 287 410,96 euros (42,6% do total de rendimentos e ganhos), sendo o maior contributo o que corresponde à conta “*Outros rendimentos e ganhos*” (142 737,90 euros), na qual se incluem os rendimentos prediais.

Depois das quotas, trata-se da principal fonte de receita das modalidades mutualistas, mas que foi também a que teve a mais expressiva quebra, em resultado da anulação ou da renegociação de contratos de arrendamento, outra consequência direta da crise económica provocada pela pandemia de Covid-19.

O terceiro maior contributo para os rendimentos e

ganhos vem da “prestação de serviços”, uma transferência do Fundo de Ação Social no valor de 134 212,44 euros, que corresponde a 19,9 por cento do total de rendimentos e ganhos. Neste caso, a redução da receita, menos 6 288,81 euros (-4,5%), respeita uma opção de gestão seguida nos últimos anos, que visa reduzir, a prazo, e continuamente, a despesa do Fundo de Ação Social (FAS).

Os custos comuns às diversas modalidades correspondem a 55,4 por cento do total de gastos e perdas, tendo baixado de 415 296,57 euros em 2019 para 402 613,10 euros em 2020 (-3,1%).

Os custos comuns mais significativos são os relativos a pessoal, que tiveram um acréscimo de 1,1 por cento, para 202 832,92 euros, e aos fornecimentos e serviços externos, que se mantiveram ao nível do ano anterior (121 817,76 euros).

Também ganhou expressão, em 2020, o aumento de

#### Fundos mutualistas

O valor global dos fundos próprios e dos fundos permanentes das modalidades mutualistas era, em 31 de dezembro de 2020, de 1.239.077,28 euros, menos 7 312,68 euros (-0,6%) do que no ano anterior. As variações de valores do Fundo de Solidariedade Associativa e dos fundos próprios das modalidades de Cuidados de Saúde Primários e de Internamento Hospitalar refletem a aplicação de resultados do exercício de 2019 (90% dos saldos anuais respetivos, de acordo com os Estatutos).

custos relativos a equipamentos de proteção para manter as condições de segurança recomendadas no contexto de pandemia (8 975,95 euros, incluídos na rubrica “*Outros custos inerentes a associados*”).

Em conjunto, três dos fatores diretamente relacionados com a crise pandémica justificam o resultado negativo do exercício: a quebra dos rendimentos prediais (menos 43 251,65 euros); a diminuição das receitas de credenciais e senhas de consulta (menos 9 822,13) e o acréscimo de despesa em equipamentos de segurança (mais 8 975,95 euros).

O impacto global destes fatores nas contas das modalidades mutualistas foi de 62 049,73 euros, num défice de 50 793,13 euros.

O quadro da pág. 13 evidencia os resultados líquidos das modalidades mutualistas (Solidariedade Associativa, Cuidados de Saúde Primários, Internamento Hospitalar e Capital por Morte) em 2020 e 2019.

No Fundo Permanente da modalidade de Capital Pagável por Morte, reflete também um ajustamento das provisões matemáticas, de acordo com a análise atuarial que calcula as responsabilidades futuras da modalidade.

O quadro seguinte evidencia o valor contabilístico dos fundos mutualistas a 31 de dezembro de 2020 (antes da aplicação de resultados do exercício, cuja proposta é apresentada na pág. 19) e 31 de dezembro de 2019.

#### VALOR PATRIMONIAL DOS FUNDOS MUTUALISTAS

	2020	2019	Dif. <sup>a</sup>	
			(€)	(%)
Fundo de Solidariedade Associativa	83 927,88 €	82 965,93 €	961,95 €	1,2%
Fundo Próprio de Cuidados de Saúde Primários	753 671,58 €	757 471,51 €	-3 799,93 €	-0,5%
Fundo Próprio de Internamento Hospitalar	78 574,46 €	85 199,25 €	-6 624,79 €	-7,8%
Fundo Permanente Capitais por Morte	322 903,36 €	320 753,27 €	2 150,09 €	0,7%
<b>Total</b>	<b>1 239 077,28 €</b>	<b>1 246 389,96 €</b>	<b>-7 312,68 €</b>	<b>-0,6%</b>

#### Fundos autónomos

Em 2020 os três fundos autónomos tiveram globalmente um resultado líquido positivo de 238 046,59 euros, mais 93 646,79 euros (+64,85 por cento) do que registado no ano anterior.

O Fundo de Ação Social (FAS), que financia os apoios de carácter social em favor dos jornalistas e seus familiares, em alguns casos independentemente de serem associados da Casa da Imprensa, teve um resultado líquido positivo (após encargos administrativos e financeiros e *despesa social*) de 237 424,85

euros, mais 82 505,83 euros (+53,3%) do que no ano anterior.

O rendimento bruto gerado pelo fundo foi de 562 716,27 euros (3,75% do valor do ativo), mais 42 558,69 euros (+8,2%) do que os 520 157,58 apurados apurados no ano anterior.

Os encargos administrativos e financeiros tiveram um decréscimo de 18 314,01 euros (-18,3%), passando de 99 850,11 euros em 2019 para 81 536,10

euros em 2020. A rentabilidade líquida de comissões e outros encargos administrativos e financeiros foi de 3,21 por cento, que compara com valores entre 0,43 por cento e 5,32 por cento dos fundos de pensões com baixo risco comercializados em Portugal [nível 2 do indicador sintético de risco e remuneração (ISRR) adotado pela Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP)].

A *despesa social*, realizada ao abrigo do Regulamento do FAS, baixou 5,3 por cento, passando de 257 342,63 euros para 243 755,32 euros.

Deste valor, 134 212,44 euros correspondem a transferências para as modalidades mutualistas, a título de prestação de serviços (menos 4,5% do que no ano anterior) e 74 368,00 euros respeitam à comparticipação de quotas das modalidades de saúde (*ver pág. 11*). A redução das transferências do FAS para as modalidades de Saúde é uma opção de gestão que visa aliviar gradualmente o esforço sobre o fundo, numa perspetiva de médio prazo.

A restante *despesa social* corresponde a subsídios eventuais (18 809,87 euros) e à comparticipação de

despesas relativas a doenças consideradas de *alto risco e alto custo* ou a meios complementares de diagnóstico e terapêutica não comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde (5 531,69 euros).

A despesa global (somatório dos encargos administrativos e financeiros com a *despesa social*) foi de 325 291,42 euros, menos 31 901,32 euros (-8,9%) do que em 2019 (357 192,74 euros).

O Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC), que suporta o pagamento de subsídios por morte e pensões complementares de reforma e de sobrevivência de um grupo fechado de beneficiários que transitou da Segurança Social para a Casa da Imprensa em 1992, passou de um resultado líquido negativo de 10 653,25 euros em 2019 para um resultado positivo de 566,03 euros em 2020.

O Fundo Norberto Lopes (FNL), que suporta os prémios de reportagem com o nome do seu instituidor, teve um resultado líquido de 55,71 euros (134,03 euros no ano anterior).

O quadro seguinte expõe os resultados líquidos dos três fundos autónomos no exercício de 2020.

#### RESULTADOS LÍQUIDOS DOS FUNDOS AUTÓNOMOS

Fundos	2020	2019	Difª 2020/2019	
			(€)	(%)
FAS - Fundo de Ação Social	237 424,85 €	154 919,02 €	82 505,83 €	53%
FASC - Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	566,03 €	-10 653,25 €	11 219,28 €	105%
FNL - Fundo Norberto Lopes	55,71 €	134,03 €	-78,32 €	-58%
<b>Total</b>	<b>238 046,59 €</b>	<b>144 399,80 €</b>	<b>93 646,79 €</b>	<b>64,85%</b>

#### Estrutura da carteira de aplicações financeiros do FAS

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de mercado das aplicações financeiras do Fundo de Ação Social era de 15 305 401,74 euros.

Daquele total, 14.234.311,42 euros correspondiam a unidades de participação de 21 fundos de investimento cotados em bolsa (93,0%); 446 750,00 euros (2,9%) eram obrigações de empresas (portuguesas e estrangeiras); 472 496,00 euros (3,1%) correspondiam a títulos de dívida pública portuguesa; e 151 844,32 (1,0%) eram depósitos bancários.

#### Valor patrimonial dos fundos autónomos

Em 31 de dezembro de 2020 o valor patrimonial global dos três fundos autónomos da Casa da Imprensa era de 15 477 491,00 euros, mais 218 142,75 euros (+1,4%) dos que os 15 259 348,25 euros registados no ano anterior.

A recomposição da carteira de investimentos financeiros, antes toda constituída por depósitos bancários e obrigações de rendimento fixo (Tesouro e empresas) começou no final de 2017, com a aplicação em fundos cotados, e ficou concluída em 2020.

A Casa da Imprensa tem contratos de aconselhamento para a gestão da carteira de ativos financeiros do Fundo de Ação Social com a Baluarte – Consultores de Investimento, Lda e com a Caixa Gestão de Ativos, SA.

O maior contributo para o valor global dos fundos autónomos é do Fundo de Ação Social (FAS), com o valor de 15.243.347,08 euros (mais 1,6%).

O quadro seguinte individualiza o valor de cada fundo.



**VALOR PATRIMONIAL DOS FUNDOS AUTÓNOMOS**

	2020	2019	Dif. <sup>a</sup>	
			(€)	(%)
Fundo de Ação Social	15 243 347,08 €	15 005 922,23 €	237 424,85 €	1,6%
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	196 470,40 €	215 808,21 €	-19 337,81 €	-9,0%
Fundo Norberto Lopes	37 673,52 €	37 617,81 €	55,71 €	0,1%
<b>Total</b>	<b>15 477 491,00 €</b>	<b>15 259 348,25 €</b>	<b>218 142,75 €</b>	<b>1,4%</b>

**Consignação fiscal, doações e donativos**

A Casa da Imprensa recebeu 14 120,73 euros da consignação fiscal em 2020, menos 99,07 euros (-0,7%) do que no ano anterior. O montante recebido respeita à liquidação do IRS sobre os rendimentos de 2018.

Regista-se, com um agradecimento público, o ato solidário dos cidadãos contribuintes, associados ou não, que escolheram a Casa da Imprensa como destinatária de 0,5% do imposto que o Estado arrecadou com a tributação dos seus rendimentos.

Desde 2012, o primeiro ano em que pôde candidatar-se, a Casa da Imprensa recebeu um total de 143 357,89 euros (*ver gráfico*).

**Reavaliação de imóveis**

De acordo com as disposições legais e as práticas contabilísticas usuais, desde 2014, a Casa da Imprensa tem feito a atualização do “justo valor” do seu património imobiliário, com a periodicidade de três anos.

Em 2020, a reavaliação, feita por perito certificado e inscrito na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), atribuiu aos terrenos e edifícios um valor global de 7 490 000 euros, menos 430 000 euros do que em 2017.

A reavaliação tem em conta a localização e as características dos bens e reflete, entre outros fatores, a evolução do mercado imobiliário, nomeadamente

Durante o ano a Casa da Imprensa recebeu um donativo, em equipamentos de proteção individual para a pandemia de Covid-19, no valor de 1 008,28 euros, feito pela Associação Portuguesa de Mutualidades - APM/RedeMut, na sequência duma campanha de recolha de fundos para tal efeito.

Recebeu também um donativo em dinheiro, no valor de 800,00 euros, do associado Wilton Fonseca, a quem igualmente expressa público agradecimento.



os valores de transação e o rendimento que os prédios podem gerar.

Na comparação entre as reavaliações realizadas em 2017 e 2020, a maior oscilação verifica-se na sede, em Lisboa (menos 230 mil euros). O prédio da Rua do Loreto, também em Lisboa, foi avaliado em menos 200 mil euros. A Delegação do Porto, mantém o valor de 2017.

A reavaliação está refletida no Balanço (em *Excedentes de revalorização*) e deverá determinar um acréscimo dos custos de depreciação na demonstração de resultados do próximo exercício de 2.388,99 euros.

**REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS**

Imóveis	Sede (Lisboa)		R. do Loreto (Lisboa)		Delegação (Porto)	
	2017	2020	2017	2020	2017	2020
Terreno	740 000,00 €	567 000,00 €	2 280 000,00 €	1 925 000,00 €	111 000,00 €	111 000,00 €
Edifício	1 110 000,00 €	1 053 000,00 €	3 420 000,00 €	3 575 000,00 €	259 000,00 €	259 000,00 €
<b>Total</b>	<b>1 850 000,00 €</b>	<b>1 620 000,00 €</b>	<b>5 700 000,00 €</b>	<b>5 500 000,00 €</b>	<b>370 000,00 €</b>	<b>370 000,00 €</b>

### Despesas de representação

A contabilidade registou um custo global em 2020 de 1220,49 euros relativo a despesas de representação, menos 912,64 euros (-42,8%) do que no ano anterior.

A despesa realizada pelo Conselho de Administração foi de 683,28 euros (menos 601,30 euros do que em 2019) e respeita exclusivamente a transportes e

### Processos judiciais

A Casa da Imprensa é parte em dois processos judiciais que correm no Tribunal Administrativo de Lisboa.

Um dos processos iniciou-se em 2016, quando a Casa da Imprensa processou o Banco de Portugal e o Novo Banco tendo em vista a anulação da deliberação do banco central, enquanto autoridade de resolução, de retransmitir para o Banco Espírito Santo as obrigações não subordinadas que em 2014, na primeira medida de resolução do BES, tinham passado deste para o Novo Banco.

Ainda em 2016, o Novo Banco e o Banco de Portugal apresentaram a sua contestação pugnando pela improcedência da ação e a Casa da Imprensa, no âmbito do processo especial de liquidação judicial do Banco Espírito Santo, apresentou reclamação de créditos no valor de 300 mil euros, correspondentes ao montante investido em obrigações daquele banco.

Em 2017 foi marcada uma audiência prévia, para preparação da audiência de julgamento, antecedida de tentativa de conciliação, que pela natureza do tema é inviável.

Em 2018, o processo foi suspenso até que seja proferida decisão final com trânsito em julgado no âmbito de outras ações administrativas relacionadas com esta ação e que correm nos tribunais, situação que se manteve em 2019.

Em 2020 foi publicada a lista definitiva de credores (que inclui a Casa da Imprensa), tendo-se verificado um volume significativo de impugnações.

Aguarda-se o desenvolvimento dos ulteriores termos do processo, nomeadamente que seja proferida sentença de verificação e graduação de créditos.

Em 2015 a Casa da Imprensa criou uma provisão de 266 097 euros correspondente ao diferencial entre o valor de mercado então conhecido e o valor do investimento realizado em 2012 em obrigações do

estacionamento de viaturas, que representam 60,0 por cento do total das despesas de representação.

#### DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO

	2020	2019
Conselho de Administração	683,28 €	1 284,58 €
Reunião RedeMut	0,00 €	279,00 €
Outros Órgãos Sociais	31,56 €	39,80 €
Serviços Sociais	505,65 €	529,75 €
<b>Total</b>	<b>1 220,49 €</b>	<b>2 133,13 €</b>

BES.

Em 2018, dado que as obrigações atingiram a maturidade sem se ter verificado o seu reembolso, esta provisão foi reforçada para 100% do valor investido. O reforço da provisão teve um custo de 31 749,00 euros nas contas do Fundo de Ação Social relativas ao exercício de 2018.

Igualmente no Tribunal Administrativo de Lisboa corre os seus trâmites o processo relativo à dívida da Segurança Social à Casa da Imprensa.

Conforme exposto em anteriores relatórios de gestão, em 2013 o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) intentou uma ação contra a Casa da Imprensa e o presidente do seu Conselho de Administração requerendo a restituição dum adiantamento que fez no ano 2000 por conta dum dívida que ainda não tinha liquidado, nem liquidou até agora, originada na cobrança do adicional de 1 por cento sobre a publicidade paga nos jornais diários, uma imposição legal que vigorou entre 1943 e 1998.

Por lei, competia ao IGFSS cobrar o adicional, que era depois transferido para a Casa da Imprensa. As transferências foram interrompidas em 2009.

A Casa da Imprensa não só não reconhece mérito na pretensão do IGFSS como continua a reclamar os 711 192,57 euros que ainda lhe são devidos.

O processo não conheceu qualquer desenvolvimento relevante em 2019, como nos cinco anos anteriores.

Em 2020, as partes foram notificadas para se pronunciarem sobre a anuência na convalidação da ação em ação administrativa comum, sobre a qual se aguarda decisão.

Em 31 de dezembro estavam ainda pendentes duas ações executivas intentadas pela Casa da Imprensa para cobrança de dívidas provenientes da falta de pagamento de rendas, no valor de 6134,87 euros, estando a decorrer as diligências de penhora.

## 9. PRINCIPAIS INDICADORES

PRINCIPAIS INDICADORES	
Nº de Associados	2311
Nº médio de Trabalhadores	8
Total do Ativo	24 821 572,97 €
Fundos	960 450,68 €
Reservas	19 779 378,84 €
Excedentes de revalorização de ativos	2 921 982,37 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	26 395,94 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-50 793,13 €
Resultado líquido	-50 793,13 €

## 10. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração expressa público reconhecimento a todos quantos lhe dispensaram a sua colaboração e apoio – entidades públicas, privadas e da economia social –, destacando, nomeadamente:

- os demais órgãos associativos da Casa da Imprensa, pelo acompanhamento do trabalho realizado;

- os membros do corpo clínico, dos Serviços de Saúde e dos Serviços Sociais, pela dedicação e perseverança reiterada dia após dia;

- os trabalhadores e colaboradores da associação, pela sua disponibilidade e a sua dedicação à Casa da Imprensa;

- todos quantos, associados ou não, designaram a Casa da Imprensa como destinatária da consignação do IRS ou lhe destinaram donativos.

## 11. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o saldo

de negativo de 50 793,13 euros da conta Resultados tenha a seguinte distribuição:

### PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Fundo de Solidariedade Associativa	4 719,02 €
Fundo Próprio de Cuidados de Saúde Primários	-25 496,06 €
Fundo Próprio de Internamento Hospitalar	-30 131,59 €
Fundo Permanente Capitais por Morte	-408,84 €
Fundo de Reserva Geral	524,34 €

## 12. PROPOSTAS

O Conselho de Administração propõe:

1. Um voto de louvor e reconhecimento às instituições e pessoas referidas no ponto 10 (pág. 19).
2. Um voto de profundo pesar pelo falecimento dos nossos associados: Artur Guerra Jardim Portela, João Joaquim Gomes, Manuel Luís Violante Bato-réo, António Joaquim dos Santos, Helena Maria Pereira Goncalves Marques, Maria Armada Reis Soares, António Joaquim Cardoso e Castro, Maria Lucília Sequeira Matos, António José Machado Ayala Monteiro, José Vitorino Neves Dias, Hortense Laura Pereira Almeida, Guilherme Humberto Salvador

*Ferreira, Jorge Alberto Monteiro de Almeida Vilas, Paulo Manuel Fernandes da Silva, António Pedro Marques Craveiro Camacho, Maria Regina Pena Silva Ganhão Pereira, Iolanda da Fonseca Marques Tavares Ramos, Amália Catalina Diaz Riuturt Reis, Rosalía Rodriguez Borrero Viegas, Maria dos Anjos Mendes Miranda Baião, Maria Palmira Pereira Borralho de Magalhães Monteiro, José Manuel Torrão Avelãs Coelho, José Maria Roumier Ribeirinho Pereira, Cesaltina Rosa Martins Guita, Maria Margarida Macedo Vilela Belo Redondo e José Maria Salgueiro Mendes.*

Lisboa, 27 de abril de 2021

### O Conselho de Administração

José Eduardo **Goulart Machado** (Presidente)

**Carlos Manuel Leão Marques Lobato** (Vice-Presidente)

**José Manuel Fragoso dos Santos** (Vogal)

**Luísa Maria Melo Lopes** (Vogal)

**Elsa Cláudia Dias Maia Carreiro Alves** (Vogal)

**B**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**BALANÇO em 31 de Dezembro de 2020**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1 e 4	7 515 340,75	7 836 575,29
Bens do património histórico e cultural	3.2.1 e 4	62 324,80	62 324,80
Ativos intangíveis	3.2.2 e 5	1 311,55	2 112,35
Investimentos financeiros	3.2.3 e 14.2	338 000,00	338 000,00
		<b>7 916 977,10</b>	<b>8 239 012,44</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	3.2.4 e 6	20 346,69	20 353,83
Estado e outros entes públicos	3.2.11 e 14.3	3 683,70	3 052,75
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membro	3.2.5 e 10.1	5 578,95	4 536,70
Diferimentos	10.2	6 169,94	6 226,53
Outros ativos correntes	3.2.5, 10.2 e 14.2	16 062 374,63	15 786 070,59
Caixa e depósitos bancários	3.2.5 e 10.3	806 441,96	830 433,26
		<b>16 904 595,87</b>	<b>16 650 673,66</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>24 821 572,97</b>	<b>24 889 686,10</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	3.2.6 e 14.1	960 450,68	969 683,25
Reservas		19 779 378,84	19 541 199,79
Resultados transitados		90 216,88	90 216,88
Excedentes de revalorização	3.2.1 e 4	2 921 982,37	3 167 999,36
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		62 324,80	62 324,80
		<b>23 814 353,57</b>	<b>23 831 424,08</b>
Resultado líquido do período		(50 793,13)	(9 100,11)
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>23 763 560,44</b>	<b>23 822 323,97</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões específicas	3.2.7 e 8	278 626,60	276 706,71
		<b>278 626,60</b>	<b>276 706,71</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	3.2.5 e 10.4	9 430,39	11 630,89
Estado e outros entes públicos	3.2.11 e 14.3	8 192,11	6 185,65
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membro	3.2.5 e 10.1	2 339,40	627,95
Diferimentos	10.5	721 085,39	735 435,39
Outros passivos correntes	3.2.5, 8 e 10.5	38 338,64	36 775,54
		<b>779 385,93</b>	<b>790 655,42</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1 058 012,53</b>	<b>1 067 362,13</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>24 821 572,97</b>	<b>24 889 686,10</b>

**O Conselho de Administração**

 J. Goulart Machado (*presidente*)

 Carlos Lobato (*vice-presidente*)

 José Fragoso (*vogal*)

 Luísa Melo (*vogal*)

 Elsa Alves (*vogal*)

**A Contabilista Certificada**

Luísa Pereira

(CC 3301)

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2020

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	3.2.9 e 7	522 222,67	532 953,01
Subsídios, doações e legados à exploração	9	1 808,28	220,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(7,14)	(37,92)
Fornecimentos e serviços externos	7	(121 817,76)	(121 809,67)
Gastos com o pessoal	3.2.10 e 11	(202 832,92)	(200 562,99)
Provisões específicas (aumentos/reduções)	3.2.7 e 8	(1 919,89)	(5 183,69)
Outras imparidades (perdas/reversões)	8	0,00	(7 315,00)
Outros rendimentos	3.2.9 e 7	151 379,01	194 864,85
Outros gastos	7	(322 436,31)	(319 407,01)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>26 395,94</b>	<b>73 721,58</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	(77 189,07)	(82 821,69)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(50 793,13)</b>	<b>(9 100,11)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(50 793,13)</b>	<b>(9 100,11)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	3.2.8		
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(50 793,13)</b>	<b>(9 100,11)</b>

O Conselho de Administração

*J. Goulart Machado (presidente)*

*Carlos Lobato (vice-presidente)*

*José Fragoso (vogal)*

*Luísa Melo (vogal)*

*Elsa Alves (vogal)*

A Contabilista Certificada

*Luísa Pereira*

*(CC 3301)*

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DAS MODALIDADES, POR NATUREZAS**  
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2020

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

	MODALIDADES				Total
	Solidariedade Associativa	Cuidados de Saúde Primários	Internamento Hospitalar	Capital por Morte	
Vendas e serviços prestados	29 404,23	312 821,53	169 716,66	10 280,25	522 222,67
Subsídios, doações e legados à exploração	800,00	645,04	363,24		1 808,28
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(7,14)				(7,14)
Fornecimentos e serviços externos	(17 015,83)	(62 062,95)	(39 946,55)	(2 792,43)	(121 817,76)
Gastos com o pessoal	(2 574,31)	(139 650,58)	(58 413,24)	(2 194,79)	(202 832,92)
Provisões específicas (aumentos/reduções)				(1 919,89)	(1 919,89)
Outros rendimentos	121,22	97 136,98	47 579,21	6 541,60	151 379,01
Outros gastos	(4 783,49)	(188 218,83)	(119 708,36)	(9 725,64)	(322 436,31)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>5 944,68</b>	<b>20 671,21</b>	<b>(409,04)</b>	<b>189,10</b>	<b>26 395,94</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(701,33)	(46 167,26)	(29 722,54)	(597,94)	(77 189,07)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>5 243,35</b>	<b>(25 496,06)</b>	<b>(30 131,59)</b>	<b>(408,84)</b>	<b>(50 793,13)</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>5 243,35</b>	<b>(25 496,06)</b>	<b>(30 131,59)</b>	<b>(408,84)</b>	<b>(50 793,13)</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>5 243,35</b>	<b>(25 496,06)</b>	<b>(30 131,59)</b>	<b>(408,84)</b>	<b>(50 793,13)</b>

**O Conselho de Administração**

J. Goulart Machado (*presidente*)  
Carlos Lobato (*vice-presidente*)  
José Fragoso (*vogal*)  
Luísa Melo (*vogal*)  
Elsa Alves (*vogal*)

**A Contabilista Certificada**

Luísa Pereira  
(CC 3301)

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**  
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2020

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2020	2019
<b><u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u></b>		
Recebimentos de clientes e utentes	394 881,90	394 680,53
Pagamentos de subsídios	10 225,22	8 032,59
Pagamentos de apoios	519,34	16,07
Pagamento de bolsas	3 000,00	4 500,00
Pagamentos a fornecedores	423 694,80	414 818,97
Pagamentos ao pessoal	202 705,45	197 198,67
Caixa gerada pelas operações	(245 262,91)	(229 885,77)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	13 966,32	11 130,44
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(231 296,59)	(218 755,33)
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u></b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Activos fixos tangíveis	1 222,21	21 501,95
Activos intangíveis		2 146,35
Investimentos financeiros	527 170,00	432 300,00
Outros activos		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Activos fixos tangíveis		638,71
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	429 620,00	411 500,00
Outros activos	65 681,09	168 854,53
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	8 633,97	8 953,45
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(24 457,15)	133 998,39
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u></b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos		
Realizações de fundos		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento	134 212,44	140 501,25
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Dividendos		
Redução de fundos		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	134 212,44	140 501,25
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	(121 541,30)	55 744,31
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	403 933,26	348 188,95
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	282 391,96	403 933,26

**O Conselho de Administração**

J. Goulart Machado (*presidente*)  
Carlos Lobato (*vice-presidente*)  
José Fragoso (*vogal*)  
Luísa Melo (*vogal*)  
Elsa Alves (*vogal*)

**A Contabilista Certificada**

Luísa Pereira  
(CC 3301)



**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2019**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais	
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019</b>	955 615,26	0,00	19 395 236,87	90 216,88	3 167 999,36	62 324,80	15 631,11	23 687 024,28	0,00	23 687 024,28
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	14 067,99		145 962,92				-15 631,11	144 399,80		144 399,80
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	14 067,99	0,00	145 962,92	0,00	0,00	0,00	-15 631,11	144 399,80	0,00	144 399,80
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>							-9 100,11	-9 100,11		-9 100,11
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>							-24 731,22	135 299,69	0,00	135 299,69
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2019</b>	969 683,25	0,00	19 541 199,79	90 216,88	3 167 999,36	62 324,80	-9 100,11	23 822 323,97	0,00	23 822 323,97

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2020**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais	
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020</b>	969 683,25	0,00	19 541 199,79	90 216,88	3 167 999,36	62 324,80	-9 100,11	23 822 323,97	0,00	23 822 323,97
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										
Realização do excedente de revalorização					-246 016,99			-246 016,99		-246 016,99
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	-8 967,65		237 914,13				9 100,11	238 046,59		238 046,59
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	-8 967,65	0,00	237 914,13	0,00	-246 016,99	0,00	9 100,11	-7 970,40	0,00	-7 970,40
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>							-50 793,13	-50 793,13		-50 793,13
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>							-41 693,02	-58 765,53	0,00	-58 765,53
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2020</b>	960 715,60	0,00	19 779 113,92	90 216,88	2 921 982,37	62 324,80	-50 793,13	23 763 560,44	0,00	23 763 560,44

**O Conselho de Administração**

J. Goulart Machado (presidente)  
Carlos Labato (vice-presidente)  
José Fragaço (vogal)  
Luísa Melo (vogal)  
Esa Alves (vogal)

**A Contabilista Certificada**

Luísa Pereira  
(CC 3302)

**FUNDO DE AÇÃO SOCIAL (FAS)**
**BALANÇO em 31 de Dezembro de 2020**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2020	31/12/2019
<b>ATIVO</b>		
<b>Ativo corrente</b>		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3 697,50	7 187,50
Outras contas a receber	14 156,17	20 167,10
Outros ativos financeiros mensurados ao justo valor	15 123 557,41	8 782 496,31
Caixa e depósitos bancários	151 617,13	6 246 546,19
	<b>15 293 028,21</b>	<b>15 056 397,10</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>15 293 028,21</b>	<b>15 056 397,10</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>		
<b>Fundos patrimoniais</b>		
Excedentes técnicos	15 005 922,23	14 851 003,21
Resultados transitados	(13 947,87)	(13 947,87)
	<b>14 991 974,36</b>	<b>14 837 055,34</b>
Resultado líquido do período	237 424,85	154 919,02
<b>Total do fundo de capital</b>	<b>15 229 399,21</b>	<b>14 991 974,36</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		
Outras contas a pagar	63 629,00	64 422,74
<b>Total do passivo</b>	<b>63 629,00</b>	<b>64 422,74</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>	<b>15 293 028,21</b>	<b>15 056 397,10</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2020

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2020	2019
Custos inerentes a associados	(98 709,56)	(106 841,38)
Custos da prestação de serviços	(134 212,44)	(150 501,25)
Fornecimentos e serviços externos	(91 746,92)	(99 850,11)
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	539 331,41	360 850,04
Outros rendimentos - alienações/vencimentos	0,00	34 392,37
Outros rendimentos - juros	23 384,86	116 869,35
Outros gastos e perdas - alienações/vencimentos	(622,50)	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>237 424,85</b>	<b>154 919,02</b>

**FUNDO AUTÓNOMO DE SUBSÍDIO COMPLEMENTAR (FASC)**
**BALANÇO em 31 de Dezembro de 2020**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2020	31/12/2019
<b>ATIVO</b>		
<b>Ativo não corrente</b>		
Investimentos financeiros	181 000,00	181 000,00
	<b>181 000,00</b>	<b>181 000,00</b>
<b>Ativo corrente</b>		
Outras contas a receber	744,97	745,01
Caixa e depósitos bancários	20 055,20	46 526,57
	<b>20 800,17</b>	<b>47 271,58</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>201 800,17</b>	<b>228 271,58</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>		
<b>Fundos patrimoniais</b>		
Excedentes técnicos	6 608,93	17 262,18
Resultados transitados	5 329,77	5 329,77
	<b>11 938,70</b>	<b>22 591,95</b>
Resultado líquido do período	566,03	(10 653,25)
<b>Total do fundo de capital</b>	<b>12 504,73</b>	<b>11 938,70</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Provisões específicas		
Pensões	180 412,29	197 999,89
Subsídio por Morte	8 883,15	11 199,39
	<b>189 295,44</b>	<b>209 199,28</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Pensionistas	0,00	7 133,60
	<b>0,00</b>	<b>7 133,60</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>189 295,44</b>	<b>216 332,88</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>	<b>201 800,17</b>	<b>228 271,58</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**
**PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2020**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2020	2019
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	10 000,00
Fornecimentos e serviços externos	(922,50)	(1 260,75)
Pensões	(19 417,60)	(30 251,20)
Subsídio por Morte	(2 493,99)	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	19 903,84	7 360,93
Juros obtidos	3 496,28	3 497,77
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>566,03</b>	<b>(10 653,25)</b>

**FUNDO NORBERTO LOPES (FNL)**

**BALANÇO em 31 de Dezembro de 2020**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2020	31/12/2019
<b>ATIVO</b>		
<b>Ativo corrente</b>		
Outras contas a receber	4,05	6,52
Caixa e depósitos bancários	38 241,39	38 183,21
<b>Total do Ativo</b>	<b>38 245,44</b>	<b>38 189,73</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>		
<b>Fundos patrimoniais</b>		
Excedentes técnicos	37 617,81	37 483,78
Resultados transitados	571,92	571,92
	<b>38 189,73</b>	<b>38 055,70</b>
Resultado líquido do período	55,71	134,03
<b>Total do fundo de capital</b>	<b>38 245,44</b>	<b>38 189,73</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Total do passivo</b>		
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>	<b>38 245,44</b>	<b>38 189,73</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2020

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2020	2019
Juros obtidos	55,71	134,03
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>55,71</b>	<b>134,03</b>

## **D**

### **ANEXO**

#### **Casa da Imprensa – Associação Mutualista**

##### **1 — Identificação da Entidade**

###### **1.1 – Designação da Entidade**

Casa da Imprensa Associação Mutualista

###### **1.2 – Sede**

Rua da Horta Seca n.º 20, em Lisboa

###### **1.3 – Natureza da atividade**

É uma Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída em 24 de abril de 1905, pessoa coletiva n.º 500902356. Rege-se pelos seus Estatutos e pelos diplomas legais aplicáveis. Tem como fins estatutários fundamentais a concessão de benefícios de saúde e de segurança social aos seus associados.

##### **2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

###### **2.1 — Base de preparação**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL) aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de junho e Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) consignada no Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

###### **2.2 — Derrogação das disposições do SNC**

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da Entidade.

###### **2.3 — Comparabilidade das demonstrações financeiras**

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2019.

##### **3 — Políticas contabilísticas, alteração nas estimativas contabilísticas e erros:**

###### **3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

De acordo com este regime do acréscimo ou da periodização económica, os efeitos das operações económicas e dos acontecimentos com relevância na situação patrimonial são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando sejam recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas *Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos*.

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro. Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido pela NCRF-ESNL. As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

###### **3.2 – Outras políticas contabilísticas**

###### **3.2.1 – Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados:

- a) Os terrenos e edifícios ao seu custo revalorizado, resultante da avaliação efetuada em dezembro de 2020, por perito avaliador certificado, deduzido das depreciações do exercício.

- b) Os restantes ativos ao seu custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condições de utilização.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios afetos a serviços de saúde e administrativos: 50 anos

Edifício afeto a outros fins: 100 anos

Equipamento básico: 3 a 7 anos

Equipamento administrativo: 3 a 10 anos

Outros ativos fixos tangíveis: 5 a 10 anos

A Entidade tem um conjunto de obras de arte (pintura, escultura e cerâmica) resultante de ofertas de associados e outras Entidades ao longo da sua existência. Estes ativos não têm custo conhecido, nem mercado para apuramento do seu justo valor, razão pela qual transitaram de normativo ao custo contabilizado, que é também o valor pelo qual se encontram seguros. Os bens do património histórico e cultural não são depreciáveis.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

### **3.2.2 – Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo de aquisição deduzido de amortizações.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Programas de computador: 3 anos

### **3.2.3 – Investimentos financeiros**

A Entidade, para as modalidades mutualistas tem investimentos em obrigações do tesouro de curto prazo, com intenção de manter até à maturidade, e por isso classificados como “carteira a vencimento”. Os títulos estão mensurados ao custo de aquisição, que é também o valor nominal, e vencem juros semestrais.

Tem o mesmo procedimento para os investimentos do Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC).

Quanto ao Fundo de Ação Social (FAS) os investimentos, constituídos por unidades de participação em fundos mobiliários e obrigações do tesouro e de empresas, seguem os princípios definidos para a mensuração dos instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, reconhecendo os ativos pelo justo valor e as suas variações em resultados de cada período. A única exceção a este princípio é para o título BES, cujo incumprimento obrigou a entidade a constituir provisão a 100%, em consonância com a explicação da nota 8.

### **3.2.4 – Inventários**

Os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento. O sistema de inventário é o intermitente. Não sendo o negócio da Entidade (venda de livros e/ou medalhas) o preço de venda estimado tende a igualar o respetivo custo.

### **3.2.5 – Instrumentos financeiros**

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra Entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Os instrumentos financeiros classificam-se conforme se discrimina a seguir e a sua mensuração depende da categoria respetiva:

#### Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros e Outras contas a receber

As dívidas de associados ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de *associados* e *Outras contas a receber* de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. As perdas por imparidade são registadas sempre que exista evidência objetiva de que as mesmas não são recuperáveis. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em *Perdas por imparidade em dívidas por receber*, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

#### Caixa e depósitos à ordem

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

#### Depósitos a prazo

Os montantes incluídos na conta depósitos a prazo correspondem aos valores aplicados a determinado prazo, variando entre 6 meses e 3 anos, podendo ou não ser renovados automaticamente e os juros negociados creditados na conta depósitos à ordem, na data do respetivo vencimento.

#### Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros, Fornecedores e Outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

### **3.2.6 – Fundos patrimoniais**

Da rubrica Fundos Patrimoniais fazem parte os Fundos Próprios das modalidades Cuidados de Saúde Primários e Internamento Hospitalar e da Solidariedade Associativa, o excedente do Fundo Permanente da modalidade Capital por Morte, as Reservas Legais (Fundo de Reserva Geral), resultantes da aplicação dos Resultados Líquidos anuais em conformidade com as disposições estatutárias, e os excedentes dos Fundos Autónomos sob gestão da Casa da Imprensa (Fundo de Ação Social, Fundo Autónomo de Subsídio Complementar e Fundo Norberto Lopes).

### **3.2.7 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

Sempre que se reconhece a existência de uma obrigação resultante de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão.

Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual e fiável.

Na eventualidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantendo-se a possibilidade de afetar os exercícios futuros, não se reconhece um passivo contingente mas promove-se a sua divulgação.

No que respeita ativos contingentes, quando estes se verificarem resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados.

À semelhança dos passivos, também os ativos contingentes são divulgados.

### **3.2.8 – Imposto sobre o rendimento**

A Entidade está isenta de IRC, ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC.

### **3.2.9 – Rédito**

Os réditos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do seu recebimento ou colocação à disposição. Nesta rubrica inserem-se as quotas dos associados e as verbas devidas pela administração de fundos.

Os juros são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o tempo decorrido desde o último vencimento e a taxa efetiva durante o período.

As rendas e outros rendimentos em ativos fixos tangíveis referem-se ao arrendamento, por pisos, salas ou postos de trabalho, do prédio da Rua do Loreto em Lisboa e são reconhecidas de acordo com o princípio do acréscimo.

### **3.2.10 – Benefícios de empregados**

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados (benefícios a curto prazo): salários, contribuições para a segurança social, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e outros benefícios adicionais (subsídio de transporte, quotas associativas, comunicações, ...).

Estes benefícios são reconhecidos como gastos no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo. No caso do direito a férias e subsídio de férias relativo ao período que se vence em 31 de dezembro de cada ano, o pagamento ocorre durante o período seguinte, e é tratado de acordo com este procedimento.

### 3.2.11 – Estado e Outros Entes Públicos

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social e as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado, em janeiro do ano seguinte, em razão do processamento de salários e do pagamento de honorários sujeitos a retenção na fonte referentes ao mês de dezembro.

Regista também o IVA a pagar decorrente da venda de livros no 4.º trimestre, o IVA a pagar ou recuperar decorrente do funcionamento da Noticiaria (espaço de *co-work*) durante o 4.º trimestre e o IVA a recuperar, referente a aquisições de bens e serviços relacionados com a construção, manutenção ou conservação dos edifícios e bens de equipamento e/ou suas reparações de acordo com as regras definidas no Decreto-lei n.º 20/90, de 13 de janeiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 84/2017, de 21 de julho.

### 3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à capacidade de cumprir os seus fins.

### 3.4 – Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As revisões das estimativas em exercícios seguintes não são consideradas um erro. São reconhecidas em resultados e são objeto da divulgação adequada à sua materialidade.

Não foram identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados.

### 3.5 – Alteração nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas, nas estimativas contabilísticas, nem se detetaram erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

## 4 – Ativos Fixos Tangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas estão explanados na nota 3.2.1. Como determinam as regras contabilísticas, as revalorizações devem ser feitas com suficiente regularidade e tendo a última avaliação reportado a 31 de dezembro de 2017, foi promovida nova avaliação externa dos seus imóveis, por perito qualificado e independente. Em 31 de Dezembro procedeu-se à revalorização dos imóveis para a quantia apurada e constante do relatório do avaliador, onde estão explanados os métodos e pressupostos significativos aplicados para a estimativa do justo valor dos ativos, incluindo os critérios de repartição entre o terreno e o edificado. Nos 2 prédios de Lisboa, a proporção passou de 40/60 para 35/65.

Esta avaliação traduziu-se nas seguintes variações nas contas excedentes dos Fundos Patrimoniais:

	Excedentes de Revalorização			Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2017	Aumentos	Diminuições	
Edifício Sede - Lisboa	1 505 737,53	-	159 148,94	1 346 588,59
Edifício R. Loreto - Lisboa	1 386 421,97	-	103 399,96	1 283 022,01
Delegação - Porto	275 839,86	16 531,91	-	292 371,77
	<u>3 167 999,36</u>	<u>16 531,91</u>	<u>262 548,90</u>	<u>2 921 982,37</u>

Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:



**Ativo Bruto**

	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Reavaliações</b>	<b>Abates e Alienações</b>	<b>Correcções e Transf.</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
Bens do património histórico e artístico e cultural	62 324,80	-	-	-	-	62 324,80
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	3 131 000,00	-	(528 000,00)	-	-	2 603 000,00
Edifícios e outras construções	4 799 757,11	-	281 983,03	-	194 740,14	4 887 000,00
Equipamento básico	94 115,81	-	-	-	-	94 115,81
Equipamento administrativo	164 242,38	1 170,72	-	-	-	165 413,10
	<b>8 251 440,10</b>	<b>1 170,72</b>	<b>(246 016,97)</b>	<b>-</b>	<b>194 740,14</b>	<b>7 811 853,71</b>

**Depreciações Acumuladas**

	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Abates e Alienações</b>	<b>Correcções e Transf.</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
Outros ativos fixos tangíveis					
Edifícios e outras construções	129 279,03	65 461,10	-	194 740,14	-
Equipamento básico	88 519,60	2 448,44	-	-	90 968,04
Equipamento administrativo	134 741,39	8 478,73	-	-	143 220,12
	<b>352 540,02</b>	<b>76 388,27</b>	<b>-</b>	<b>194 740,14</b>	<b>234 188,16</b>

As depreciações escrituradas nos períodos de 2020 e 2019 foram as seguintes:

**Gastos com Depreciações**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Outros ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	65 461,10	67 699,03
Equipamento básico	2 448,44	2 448,44
Equipamento administrativo	8 478,73	12 452,30
	<b>76 388,27</b>	<b>82 599,77</b>

**5 – Ativos Intangíveis**

Os critérios de mensuração, os métodos de amortização e a vida útil usada encontram-se referidos na nota 3.2.2.

Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

**Ativo Bruto**

	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Abates e Alienação</b>	<b>Correcções e Transf.</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
Programas de computador	47 605,68	-	-	-	47 605,68
	<b>47 605,68</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>47 605,68</b>

**Amortizações Acumuladas**

	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Abates e Alienação</b>	<b>Correcções e Transf.</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
Programas de computador	45 493,33	800,80	-	-	46 294,13
	<b>45 493,33</b>	<b>800,80</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>46 294,13</b>

As amortizações escrituradas nos períodos de 2020 e 2019 foram as seguintes:

**Gastos com Amortizações**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Activos Intangíveis		
Programas de computador	800,80	221,92
	<u>800,80</u>	<u>221,92</u>

**6 – Inventários**

A Entidade tem para cedência aos seus associados ou outros interessados um conjunto de medalhas (dos 80 anos, dos 90 anos e do centenário da Casa da Imprensa) e de livros patrocinados e relacionados com a vida da instituição e dos associados (“100 Anos de história”, “Jornalistas Pais e Filhos”, “O Cinema Ideal e a Casa da Imprensa 100 anos de filmes” são alguns exemplos).

Os movimentos no ano foram os seguintes:

	Inventários				Inventário em <u>31/12/2020</u>
	Inventário em <u>31/12/2019</u>	Compras	Reclassificações e regularizações	Vendas	
Medalhas	7 725,79	-	-	-	7 725,79
Livros	12 628,04	-	-	(7,14)	12 620,90
	<u>20 353,83</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7,14)</u>	<u>20 346,69</u>
Custo dos inventários vendidos					<u>7,14</u>

**7 – Rendimentos e gastos**

O rédito reconhecido pela Entidade em 2020 e 2019 é detalhado conforme se segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Vendas e Prestação de serviços	522 222,67	532 953,01
Quotizações e joias	328 085,25	322 674,65
Credenciais e Senhas de consulta	59 913,75	69 735,88
Fundos	134 212,44	140 501,25
Vendas	11,23	41,23
Outros rendimentos e ganhos	142 737,90	185 989,55
Rendas	112 606,00	153 451,94
Cedência de salas	15 820,03	17 863,20
Consignação fiscal - IRS	14 120,73	14 219,80
Outros	191,14	454,61
Juros	8 641,11	8 875,30
Juros de depósitos	1 758,23	2 205,42
Juros de outras aplicações	6 882,88	6 669,88
	<u>673 601,68</u>	<u>727 817,86</u>

A repartição dos Fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 2020 e 2019, foi a seguinte:

**Fornecimentos e Serviços Externos**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Trabalhos especializados	18 113,75	14 974,77
Publicidade e propaganda	5 571,48	5 201,70
Honorários	24 344,00	25 744,00
Conservação e reparação	5 972,33	5 471,59
Outros	3 324,00	3 337,48
Materiais	3 510,84	5 376,89
Energia e fluidos	9 957,42	11 149,78
Deslocações, estadas e transportes	2 892,09	3 493,89
Comunicação	4 943,61	4 800,55
Seguros	3 752,38	3 733,65
Licenças	7 190,71	6 687,19
Despesas de representação	1 220,49	2 133,13
Limpeza, higiene e conforto	23 824,36	21 883,73
Outros serviços	7 200,30	7 821,32
	<u>121 817,76</u>	<u>121 809,67</u>

A rubrica de Outros gastos encontra-se dividida da seguinte forma:

**Outros gastos**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Impostos	29,21	-
Custos com apoios financeiros		
Capital por Morte	9 725,22	4 735,69
Bolsas de Estudo	3 000,00	4 500,00
Subsídio de Parentalidade	1 500,00	1 000,00
Subsídio por Morte/ITP por acidente	-	-
Internamento Hospitalar	110 604,38	107 551,36
Cuidados de Saúde Primários	196 840,50	198 870,66
Outros	737,00	2 749,30
	<u>322 436,31</u>	<u>319 407,01</u>

**8 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

A Entidade, por ausência de factos ou pressupostos geradores, não reconhece nas suas demonstrações a existência de ativos contingentes nem de provisões genéricas.

Reconhece e divulga a existência de passivos contingentes.

Em novembro de 2013 foi citada pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa de que lhe foi intentada uma ação administrativa especial pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, com a pretensão que lhe seja devolvido um adiantamento de 997.595,79€, efetuado no ano de 2000, por conta da dívida reconhecida pelo Instituto, do adicional de publicidade dos jornais diários. O Tribunal de Contas, na sequência duma auditoria ao IGFSS realizada em 2004, considerara ilegais o modo como foi feito o adiantamento e o despacho que o autorizou, sem contudo questionar a dívida. Não só a Entidade não reconhece mérito nesta acusação como continua a reclamar os 711.192,57€ ainda em dívida. Por estes factos e apoiando-se no entendimento dos advogados que o processo terá um desfecho favorável não foi constituída nenhuma provisão para processos judiciais em curso. Nos últimos exercícios não houve qualquer desenvolvimento pelo que se mantem a validade dos pressupostos.

Em 26 de março de 2016 apresentou uma ação administrativa contra o Banco de Portugal e o Novo Banco, S.A. tendo em vista a declaração de nulidade ou anulação do ato administrativo consubstanciado na Deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal, de 29 de dezembro de 2015, relativa à “Retransmissão de obrigações não subordinadas do Novo Banco, S.A. para o Banco Espírito Santo, S.A.” e a consequente passagem dos títulos detidos pelo Fundo de Ação Social da Casa da Imprensa para a esfera jurídica do Novo Banco. Em 27 e 30 de junho de 2016, o Novo Banco, S.A. e o Banco de Portugal apresentaram respetivamente a sua contestação pugnando pela improcedência da ação proposta pela Entidade. A instância encontra-se suspensa até que seja proferida decisão final com trânsito em julgado de outras ações administrativas relacionadas.

A Entidade apresentou reclamação de créditos no âmbito do processo especial de liquidação judicial do Banco Espírito Santo, S.A. no dia 25 de agosto de 2016, no âmbito da qual reclama créditos no montante total de 300.000 euros correspondentes ao valor investido junto da mencionada Instituição bancária. Continua a aguardar-se o desenvolvimento dos ulteriores termos do processo, nomeadamente que seja proferida sentença de verificação e graduação de créditos.

Encontra-se constituída provisão para 100% do valor do investimento, uma vez que a data de reembolso já foi ultrapassada.

Em 30 de maio de 2018 intentou uma ação executiva para cobrança de dívida por falta de pagamento de rendas da Lisbon Corner, Unipessoal, Lda., no valor de 1.456,60€, encontrando-se o processo em fase de penhora de créditos, há mais de 2 anos. Foi reconhecida a imparidade no exercício anterior.

Em 4 de julho de 2019 intentou uma ação executiva para cobrança de dívida por falta de pagamento de rendas da Cidade Singular, Unipessoal, Lda., no valor de 6.134,87€, encontrando-se o processo em fase de penhora de créditos.

Não foram até ao momento encontrados bens a indicar à penhora, pelo que se mantém o reconhecimento da imparidade efetuado no exercício anterior.

A evolução das provisões matemáticas da modalidade Capital por Morte durante o exercício é detalhada conforme se segue:

	<b>Provisões Matemáticas</b>				
	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Aumento de garantias</b>	<b>Constituição e reforço</b>	<b>Reversões e utilizações</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
Capital por Morte	276 706,71	-	1 919,89	-	278 626,60
	276 706,71	-	1 919,89	-	278 626,60

O valor do Fundo Permanente da modalidade Capital por Morte, o património líquido que lhe está afeto e o grau de cobertura face às provisões matemáticas necessárias, têm a seguinte divulgação:

	<b>Fundo Permanente de Capital por Morte</b>		
	<b>Património Líquido</b>	<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>Grau de cobertura</b>
Capital por Morte	376 142,55	278 626,60	135,00%
	376 142,55	278 626,60	

Face à manutenção das taxas de juro das aplicações em níveis muito baixos, perspetiva-se a necessidade de adoção de novas bases técnicas, com taxa de juro mais baixa. Esta alteração conduzirá a reservas matemáticas mais altas o que poderá desencadear a necessidade do aumento da quota da modalidade.

## **9 – Subsídios e outros apoios**

No período em análise foram registados nesta rubrica os apoios conforme se segue:

### **Subsídios, doações e legados à exploração**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Benefícios prescritos	-	20,00
Subsídios e doações	1 808,28	200,00
	1 808,28	220,00

## **10 – Instrumentos Financeiros**

As bases de mensuração e as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, encontram-se descritas na nota 3.2.5. A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

### **10.1 – Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros**

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, apresentava os seguintes saldos:

**Associados**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Dívidas de quotas		
Até 3 meses	368,10	836,90
De 4 a 12 meses	1 782,30	1 713,20
Mais de 12 meses	1 006,80	532,83
Dívidas de Posto Médico		
Até 3 meses	2 082,52	787,02
De 4 a 12 meses	30,00	454,00
Mais de 12 meses	350,00	212,75
	<u>5 619,72</u>	<u>4 536,70</u>

**Beneficiários**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Capital por morte		
Até 1 ano	2 000,00	627,95
Mais de 1 ano	339,40	-
	<u>2 339,40</u>	<u>627,95</u>

**10.2 – Outras contas a receber e Diferimentos ativos**

As rubricas Outras contas a receber e Diferimentos tinham, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

**Outros Ativos a receber**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber	1 834,01	1 826,87
Outros Devedores		
IGFSS - Publicidade	711 192,43	711 192,43
Outros	74 811,50	38 163,50
Perdas por imparidade em Outros Devedores	(7 315,00)	(7 315,00)
Fundos		
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	12 504,73	11 938,70
Fundo de Ação Social	15 231 101,52	14 992 074,36
Fundo Norberto Lopes	38 245,44	38 189,73
	<u>16 062 374,63</u>	<u>15 786 070,59</u>

Da rubrica Outros constam 49 100 euros referentes a moratórias de rendas, concedidas aos inquilinos, no âmbito da pandemia Covid-19.

**Diferimentos**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Diferimento de gastos		
Outros gastos diferidos	6 169,94	6 226,53
	<u>6 169,94</u>	<u>6 226,53</u>

As rubricas de Fundos, desdobram-se da seguinte forma, sendo que a evolução dos investimentos financeiros e das perdas por imparidade são relevadas na nota 14.2:

**Fundos**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Fundo Autónomo de Subsídio Complementar</b>		
Depósitos à ordem e a prazo	20 055,20	46 526,57
Investimentos financeiros	181 000,00	181 000,00
Juros a Receber	744,97	745,01
Pensões a liquidar	0,00	-7 133,60
Reservas Matemáticas	-189 295,44	-209 199,28
	<u>12 504,73</u>	<u>11 938,70</u>
<b>Fundo de Ação Social</b>		
Depósitos à ordem e a prazo	151 617,13	6 246 546,19
Investimentos financeiros	15 514 678,62	9 173 617,52
Perdas por imparidade	-391 121,21	-391 121,21
Juros a Receber	13 389,95	19 158,28
Encargos diferidos	766,22	1 008,82
Subsídios reembolsáveis	3 697,50	7 187,50
Movimento com CSP	-18 396,30	-19 848,50
Fornecedores	-43 530,39	-44 474,24
	<u>15 231 101,52</u>	<u>14 992 074,36</u>
<b>Fundo Norberto Lopes</b>		
Depósitos à ordem e a prazo	38 241,39	38 183,21
Juros a Receber	4,05	6,52
	<u>38 245,44</u>	<u>38 189,73</u>

**10.3 – Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldo:

**Caixa e Depósitos bancários**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Caixa	1 400,00	1 395,50
Depósitos à ordem	280 991,96	402 537,76
Depósitos a prazo	524 050,00	426 500,00
	<u>806 441,96</u>	<u>830 433,26</u>

**10.4 – Fornecedores**

O saldo da rubrica de Fornecedores é discriminado da seguinte forma:

**Fornecedores**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Fornecedores gerais	4 817,11	6 074,59
Médicos e Entidades convencionadas	4 613,28	5 556,30
	<u>9 430,39</u>	<u>11 630,89</u>

**10.5 – Outras Contas a Pagar e Diferimentos passivos**

As rubricas Outras contas a pagar e Diferimentos desdobram-se da seguinte forma:

**Outros Passivos Correntes**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	26 719,57	26 196,47
Outros acréscimos de gastos	11 619,07	10 579,07
Outros Credores	-	-
	<u>38 338,64</u>	<u>36 775,54</u>

**Diferimentos**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Diferimentos de Rendimentos		
Rendas	9 892,82	24 242,82
Adicional de Publicidade	<u>711 192,57</u>	<u>711 192,57</u>
	<u>721 085,39</u>	<u>735 435,39</u>

A diminuição da rubrica Rendas deve-se à rescisão de contratos, à conversão de cauções em rendas e ao ajuste do valor de rendas.

**11 – Benefícios dos empregados**

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2020 foi de 8 pessoas (sem alteração desde 2017).

Os gastos incorridos com essas pessoas foram os seguintes:

**Gastos com o Pessoal**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remunerações dos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações do pessoal	149 790,04	147 049,06
Encargos sobre Remunerações	33 641,90	33 085,58
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profis.	1 645,53	1 598,93
Outros gastos com Pessoal	<u>17 755,45</u>	<u>18 829,42</u>
	<u>202 832,92</u>	<u>200 562,99</u>

Por falecimento do seu vice-presidente em março, houve alterações à titularidade do Conselho de Administração, com a nomeação de novo vice-presidente e o preenchimento da vaga pelo 1º suplente.

**Número de membros dos Órgãos Sociais**

	<u>Efetivos</u>	<u>Suplentes</u>
Conselho de Administração	5	2
Conselho Fiscal	3	3
Mesa da Assembleia Geral	<u>3</u>	<u>3</u>
	<u>11</u>	<u>8</u>

Os titulares dos Órgãos Associativos não auferiram qualquer remuneração. O exercício das suas funções é feito em regime de voluntariado.

**12 – Acontecimentos após data de Balanço**

Após o encerramento do período, assistiu-se ao aumento exponencial do número de casos positivos de Covid-19, que obrigou o governo a endurecer as medidas adotadas para travar a progressão do vírus e, no dia 15 de janeiro, Portugal entrou em novo confinamento. Sem o fim à vista da pandemia e a imprevisibilidade do resultado das medidas tomadas para sair da crise social e económica, a entidade procurou incorporar no exercício alguns dos impactos possíveis, razão pela qual o agravamento da situação pandémica não altera a situação relevada nas contas.

Entrou em vigor no dia 1 de março o novo Regulamento de Benefícios, aprovado em Assembleia Geral em 15 de outubro de 2019, e com registo provisório da tutela – Direção Geral da Segurança Social, de 21 de dezembro de 2020.

**13 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

A Entidade tem a sua situação regularizada perante o Estado e a Segurança Social.

**14 – Outras Informações**

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

**14.1 – Fundos Patrimoniais**

**Movimentos nas rubricas de Fundos Patrimoniais**

	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Aumentos e Reavaliações</b>	<b>Aplicação de resultados</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
<b>Fundos</b>				
Capital por Morte	44 046,56	-	230,20	44 276,76
Cuidados de Saúde Primários	757 471,51	-	(3 799,93)	753 671,58
Solidariedade Associativa	82 965,93	-	961,95	83 927,88
Internamento Hospitalar	85 199,25	-	(6 624,79)	78 574,46
Reservas Legais	157 941,24	-	132,46	158 073,70
<b>Outras Reservas</b>				
Fundo de Ação Social	15 005 922,23	237 424,85	-	15 243 347,08
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	6 608,93	566,03	-	7 174,96
Fundo Norberto Lopes	37 617,81	55,71	-	37 673,52
Reserva Especial p/ Valorização Património	4 333 109,58	-	-	4 333 109,58
Resultados transitados	90 216,88	-	-	90 216,88
Excedentes de revalorização	3 167 999,36	(246 016,99)	-	2 921 982,37
Outras variações no capital próprio	62 324,80	-	-	62 324,80
Resultado líquido do exercício	(9 100,11)	(50 793,13)	9 100,11	(50 793,13)
	<u>23 822 323,97</u>	<u>(58 763,53)</u>	<u>-</u>	<u>23 763 560,44</u>

**14.2 – Investimentos Financeiros**

Os Investimentos Financeiros apresentaram a seguinte evolução no exercício:

**Investimentos Financeiros - Modalidades**

	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Aquisições</b>	<b>Abates e Alienações</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
Obrig. Tesouro detidas até maturidade - CSP	20 000,00	-	-	20 000,00
Obrig. Tesouro detidas até maturidade - CPM	318 000,00	-	-	318 000,00
	<u>338 000,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>338 000,00</u>

**Investimentos Financeiros - Fundo de Ação Social**

	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Aquisições</b>	<b>Abates e Alienações</b>	<b>Perdas/Ganhos por aumento/redução justo valor</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
Obrig. diversas detidas até maturidade	391 121,21	-	-	-	391 121,21
Obrig. Tesouro ao justo valor	469 844,00	-	-	2 652,00	472 496,00
Obrig. diversas ao justo valor	575 770,50	-	150 622,50	(8 398,00)	416 750,00
U.P. Fundos	7 736 881,81	5 952 352,19	-	545 077,41	14 234 311,41
	<u>9 173 617,52</u>	<u>5 952 352,19</u>	<u>150 622,50</u>	<u>539 331,41</u>	<u>15 514 678,62</u>

**Perdas por Imparidade - Fundo de Ação Social**

	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Reversões</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
Obrig. diversas detidas até maturidade	391 121,21	-	-	391 121,21
	<u>391 121,21</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>391 121,21</u>

**Investimentos Financeiros - Fundo Autónomo de Subsídio Complementar**

	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Aquisições</b>	<b>Abates e Alienações</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
Obrig. Tesouro detidas até maturidade	181 000,00	-	-	181 000,00
	<u>181 000,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>181 000,00</u>



**14.3 – Estado e Outros Entes Públicos**

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

<b>Estado e Outros Entes Públicos</b>		
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Saldos Devedores		
IVA - A Recuperar	3 683,70	3 052,75
	<u>3 683,70</u>	<u>3 052,75</u>
Saldos Credores		
Retenção imposto s/ rendimento	4 590,17	2 742,50
IVA - A Pagar	-	-
Contribuição p/ Segurança Social	3 601,94	3 443,15
	<u>8 192,11</u>	<u>6 185,65</u>

Lisboa, 25 de março de 2021

**O Conselho de Administração**

J. Goulart Machado (*presidente*)

Carlos Lobato (*vice-presidente*)

José Fragoso (*vogal*)

Luísa Melo (*vogal*)

Elsa Alves (*vogal*)

**A Contabilista Certificada**

Luísa Pereira

(CC 3301)

**E**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

## 1. PARECER

Nos termos da lei e dos Estatutos da Casa da Imprensa, vem o Conselho Fiscal dar o seu parecer sobre o Relatório e Contas de 2020, que lhe foi apresentado pelo Conselho de Administração.

O resultado do exercício de 2020 da Casa da Imprensa está indelevelmente associado às condições de especial dificuldade em que decorreu a atividade após a declaração da pandemia de Covid 19 em Portugal.

As modalidades mutualistas registaram pelo segundo ano consecutivo resultados negativos, que se deterioraram significativamente, o que se explica em grande parte pela conjuntura pandémica e o seu impacto na economia. Entre os fatores mais significativos para este desempenho deve destacar-se o decréscimo de receitas associadas a património imobiliário. Igualmente significativos foram a quebra de receitas na prestação de cuidados de saúde, que agravaram o défice de exploração já registado no exercício anterior, uma evolução já prevista face ao atraso de mais um ano na entrada em vigor do novo Regulamento de Benefícios, desta vez a aguardar o registo por parte da tutela, e o acréscimo de custos em equipamentos de proteção para o exercício da atividade em pandemia.

*Lisboa, 4 de maio de 2021*

**Maria Helena Fátima de Jesus Rodrigues Garrido** (Presidente)

**Luísa Maria Bessa Fernandes Coelho** (Relatora)

**Sérgio Arsénio Nunes Anselmo Anibal** (Secretário)

O Conselho Fiscal entende que o Conselho de Administração tomou medidas adequadas à situação, nomeadamente criando condições para a manutenção dos contratos de arrendamento, com objetivo de prevenir incumprimentos e cessação de contratos. Em sentido positivo, é de sublinhar a melhoria da rentabilidade dos fundos autónomos, em especial do Fundo de Ação Social, e que, mesmo em condições adversas, o número de associados se manteve praticamente estável.

As medidas já adotadas para mitigar os efeitos da pandemia, a aprovação do novo Regulamento de Benefícios e o carácter conjuntural da deterioração dos resultados das modalidades associativas, em grande parte explicado pelo impacto da pandemia, permitem à Casa da Imprensa encarar o futuro próximo com alguma tranquilidade. Face ao elevado grau de incerteza das atuais condições, o Conselho Fiscal reitera a necessidade de ser prosseguida uma gestão especialmente prudente, por forma a garantir a sustentabilidade da Casa da Imprensa, no cumprimento da sua missão junto dos associados.

Pelo atrás exposto, o Conselho Fiscal dá o seu parecer favorável ao relatório e contas de 2020.



Casa da Imprensa  
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

**CASA DA IMPRENSA – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA**  
**[www.casadaimprensa.pt](http://www.casadaimprensa.pt)**

**Sede:**

R. da Horta Seca, 20 - 1200-221 Lisboa  
Telefs.: 21 342 02 77 / 78 • Fax: 21 346 79 45 • E-mail: [geral@casadaimprensa.pt](mailto:geral@casadaimprensa.pt)  
Horário de atendimento: dias úteis, das 09:30 às 20:00

**Delegação Porto:**

R. Fernandes Tomás, 424 - 4º - Salas 1/5 4000-210 Porto  
Telef.: 22 510 53 10 • Fax: 22 510 53 10  
E-mail: [porto@casadaimprensa.pt](mailto:porto@casadaimprensa.pt) • [geral@casadaimprensa.pt](mailto:geral@casadaimprensa.pt)  
Horário de atendimento: dias úteis, das 09:30 às 12:30 e das 13:30 às 17:30